



Oeste do Pará

ocupação, território e município

Márcio Júnior Benassuly Barros

Oeste do Pará

ocupação, território e município

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitora

Prof.^a Dr.^a Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora

Prof.^a Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Prof.^a Dr.^a Kelly Christina Ferreira Castro

Diretora do Instituto de Ciências da Sociedade

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Silva Sarmento



Oeste do Pará

ocupação, território e município

Márcio Júnior Benassuly Barros

© 2023 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Fomento institucional da UFOPA: Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS/UFOPA), com recursos do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Revisão: Carlos Otavio | MC&G Editorial

Normalização: Carlos Otavio | MC&G Editorial

Projeto gráfico e diagramação: Glaucio Coelho | MC&G Editorial

Capa: MC&G Editorial com base em foto Márcio Júnior Benassuly Barros

Local: Sede do distrito de Fordlândia no município de Aveiro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

B277 Barros, Márcio Júnior Benassuly.

Oeste do Pará : ocupação, território e município / Márcio Júnior Benassuly Barros .

— Santarém : UFOPA ; Rio de Janeiro : MC&G Editorial, 2023.

Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-89369-47-9

1. Ocupação de terras - Pará (território) - História. 2. Indígenas da América do Sul – Posse de terra -Pará - História. 3. Propriedade territorial - Brasil - História. I. Título.

CDD: 980 . 4115

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Direitos desta edição cedidos à

UFOPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Rua Vera Paz, s/nº – Salé, CEP 68040-255 – Santarém – Pará

CEP 68040-255 - Brasil

Tel.: +55 (93) - 2101 3629

E-mail: reitoria@ufopa.edu.br | ppgcs.secretaria@ufopa.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO PELOS ÍNDIOS NO OESTE DO PARÁ NO PERÍODO PRÉ E PÓS-COLONIAL	9
2 OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO PELOS COLONIZADORES PORTUGUESES NO OESTE DO PARÁ	19
3 FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DO PARÁ	29
4 OCUPAÇÃO E USO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO NO OESTE DO PARÁ	71
5 OCUPAÇÃO E USO TRADICIONAL DO TERRITÓRIO NO OESTE DO PARÁ	89
REFERÊNCIAS	126
SOBRE O AUTOR	135



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um esforço de análise da *ocupação, uso do território e realidade municipal no Oeste do Pará*, desde a sua ocupação pelas populações ancestrais em Monte Alegre, datado do ano de 11.200 antes de Cristo, que habitaram a região até o presente ano. Como resultado dessa análise, constatamos um conjunto de dinâmicas territoriais relacionadas à ocupação indígena, portuguesa, agrícola e tradicional do território nos municípios que compõem o Oeste do Pará.

A obra analisa as dinâmicas da ocupação e uso do território nos dezenove municípios que compõe o Oeste do Pará, que são: Alenquer; Almeirim; Aveiro; Belterra; Curuá; Faro; Itaituba; Jacareacanga; Juruti; Mojuí dos Campos; Monte Alegre; Novo Progresso; Óbidos; Oriximiná; Prainha; Rurópolis; Santarém; Terra Santa e Trairão.

Este território possui uma área de 505.446,49 quilômetros quadrados e uma população de 888.073 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Trata-se de um território com municípios de colonização antiga e recente, dividido em duas porções: do Baixo Amazonas ao norte e do Tapajós ao sul.

Na porção norte, no Baixo Amazonas, estão os municípios de colonização mais antiga do Oeste do Pará, como Santarém (1758) e Óbidos (1758).

Na porção sul, no Tapajós, encontramos municípios de formação recente datando das décadas de 1980 e 1990, como Rurópolis (1988), Jacareacanga (1991), Novo Progresso (1991) e Trairão (1991).

A presente obra inserir-se nas ações do projeto de pesquisa *Observatório do Oeste do Pará: Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais*, cadastrado na Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em execução no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) e no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR).

O presente livro está dividido em cinco capítulos. O capítulo um, intitulado *Ocupação e uso do território pelos índios no Oeste do Pará no período pré e pós-colonial* aborda a ocupação ancestral do território pelas populações indígenas, anterior e posterior à chegada dos colonizadores portugueses na região.

O capítulo dois tem como título *Ocupação e uso do território pelos colonizadores portugueses no Oeste do Pará* e analisa a ocupação portuguesa do território em municípios selecionados da região.

O capítulo três, intitulado *Formação e caracterização territorial do Oeste do Pará*, analisa o processo de formação histórica, econômica e territorial dos dezenove municípios que compõe o território do Oeste do Pará.

O capítulo quatro com o título *Ocupação e uso agrícola do território no Oeste do Pará*, aborda o uso de agrícola do território com destaque para o estudo da dinâmica da lavoura temporária e permanente existentes nos dezenove municípios da região.

O capítulo cinco, intitulado *Dinâmicas da ocupação e uso tradicional do território no Oeste do Pará*, analisa o uso tradicional do território com destaque para a presença de assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas presentes nos municípios da região.

Boa leitura!

Santarém, outubro de 2021.

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação
em Ciências da Sociedade (PPGCS/UFOPA).



1 OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO PELOS ÍNDIOS NO OESTE DO PARÁ NO PERÍODO PRÉ E PÓS-COLONIAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a ocupação e o uso do território no Oeste do Pará pelas populações indígenas no período pré e pós-colonial. No território do Oeste do Pará em sua porção norte no Baixo Amazonas, no município de Monte Alegre, encontramos um dos mais antigos sítios arqueológicos do Brasil. O registro do passado de populações ancestrais em Monte Alegre pode ser constatado em diversos sítios arqueológicos existentes no município, como a Gruta do Pilão ou da Pedra Pintada, onde existem as mais antigas pinturas rupestres datando de 11.200 anos antes de cristo. As pinturas rupestres mais antigas do Brasil foram encontradas no Parque Nacional da Serra do Capivara, no estado do Piauí, datada de 12.000 anos antes de cristo. A pintura rupestre encontrada em Monte Alegre consiste na adição de um pigmento de cores como o vermelho, o amarelo e o preto na superfície da rocha, retratando formas humanas e representações de animais da região (MPEG, 2013).

Figura 01: Pintura rupestre em Monte Alegre em 2017.



Fonte: Foto de Márcio Benassuly, 2017.

Também em Monte Alegre, em trechos encachoeirados do rio Maicuru, encontramos diversas gravuras rupestres, que utilizavam técnicas de incisões profundas, finas e picoteadas em rochas, retratando aves, quadrúpedes e peixes. No Norte do Brasil existem cerca de trezentos sítios arqueológicos que retratam a arte rupestre de populações ancestrais, conforme registro de pesquisa da arqueóloga do Museu Paraense, Emílio Goeldi Edithe Pereira. As pinturas e gravuras rupestres encontradas em Monte Alegre, são a herança do legado das populações ancestrais que habitaram estes territórios no Oeste do Pará (MPEG, 2013). É o que podemos observar na imagem a seguir (Figura 02).

Figura 02: Sítio arqueológico em Monte Alegre



Foto: Márcio Benassuly, 2017.

Na região de Santarém podemos encontrar vestígios da cultura indígena tapajó em diversas pesquisas principalmente antropológicas e históricas. Registros cartográficos datados de 1680 produzidos na França identificam este território como sendo o território Tapajosos — cujos índios exerciam domínio soberano em vastas áreas do vale do rio tapajós (BARROS, 2021).

No mapa seguinte, de autoria do cartógrafo francês Nicolas Sanson (1600-67), publicado em 1680, na França, mostra a Amazônia conhecida, onde, no rio Tapajós, registra-se o “território” dos Tapajosos.

Figura 03: Mapa mostrando o curso do rio do Amazonas em 1680, elaborado pelo cartógrafo Nicolas Sanson.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 2018.

A figura 04 a seguir traz o mapa elaborado por Giacomo Gastaldi, de 1556, e mostra a ocupação portuguesa do Nordeste do Brasil. Já o que atualmente é o Norte do Brasil, aparece como terra não descoberta pelos colonizadores, em domínio de povos indígenas. Até o século XVI os povos indígenas da atual Amazônia eram soberanos em seus territórios, pois somente no século XVII é que tem início a ocupação portuguesa da Amazônia, com a fundação de Belém, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. Já no vale do Tapajós somente em 1626, com a expedição de Pedro Teixeira, esta vasta região começa a ser anexada aos domínios da coroa portuguesa.

Figura 04: Mapa Brasília cartográfico de 1556, elaborado por Giacomo Gastaldi.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 2018.

A primeira notícia da existência dos índios Tapajós foi registrada pelo cronista da expedição de Francisco de Orellana, o frei jesuíta Gaspar de Carvajal, em 1542. Esta expedição tinha como objetivo a busca de especiaria (país de La Canela) e do ouro (El Dorado). Em busca de especiaria e ouro esta expedição entrou em contato com diversos grupos indígenas ao longo do recém descoberto rio Amazonas, inclusive com um grupo de índios que pressupõe serem os Tapajó, que entraram em batalha com os espanhóis, utilizando flechas envenenadas (GUAPINDAIA, 1993).

Em sua viagem pelo rio Amazonas, a expedição comandada por Francisco de Orellana entrou em combate com diversas tribos, inclusive com os Tapajó:

Con semejante percance, Orellana hubo de redoblar sus precauciones y con-tinuar la marcha sin desembarcar en pueblo alguno, aunque las provisiones escaseaban mucho, por temor de que los índios le matasen algunos de sus soldados; pero todas ellas no bastaron á impedir que poco después de finali-zar el mes muriese de un flechazo con veneno Antonio Carranza. Para re-medar en lo posible que los índios hiriesen impunemente á sus soldados, Orellana hizo amarrar los bergantines á los árboles de una isla que había en la desembocadura de un río grande que entraba por la derecha (ai parecer el Tapajos) y ponerles una especie de baranclas para defenderse de las flechas envenenadas de los salvajes; pero esto tampoco bastó para que poco des-pués, ai pasar por frente á la desembocadura de uno de los brazos dei Para-naíba, flechasen también á otro soldado llamado García de Soria, que del veneno falleció antes de las veinticuatro horas (CARVAJAL, 1894, p. 150-151).

A viagem do descobrimento do rio Amazonas, comandada por Francisco Orellana, teve início em 2 de fevereiro de 1542. Foi nesta viagem que teria ocorrido o conflito com as amazonas, que acabou por criar uma narrativa, elaborada pelos espanhóis, que levou ao nome do rio recém-descoberto: Amazonas.

Figura 05: As Amazonas, em ilustração realizada por Theodore de Bry.



Fonte: Theodore-de-Bry, 1590.

A construção mitológica das amazonas foi passada por gerações como sendo mulheres de estatura considerável e que viviam sozinhas, procurando por homens quando desejavam procriar. Os filhos dessa relação, se nascidos homens, eram sacrificados.

Figura 06: Amazonas matando os índios que as atacavam.



Fonte: Theodore-de-Bry, 1590.

A viagem realizada no rio Amazonas, pela expedição, comandada por Francisco Orellana, teve várias dificuldades como naufrágios de bergantins, dificuldades para encontrar alimentos, doenças etc. Durante a expedição, Orellana teve que improvisar a construção de bergantins, como mostra a figura seguinte.

Figura 07: Construção do bergantim San Pedro pela expedição de Francisco de Orellana



Fonte: Ensinar História, s.d. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/linha-do-tempo/francisco-orellana-chega-ao-rio-amazonas/>

A descoberta do rio Amazonas foi um processo lento que contou com a contribuição de vários navegadores espanhóis. Em 1500 o navegador espanhol Vicente Yañez Pinzon (1462-1514), percorreu a foz deste rio, onde atualmente é o arquipélago do Marajó, atribuindo-lhe o nome de Santa Maria de La Mar Dulce. Em 1513, Diego de Lepe (1440 -1515) percorreu também trechos deste rio, chamando-o de Maranhão. Em 1542, Francisco de Orellana (1490-1550) o denominou de rio Amazonas (CARVAJAL, 1894).

Uma importante fonte de registro sobre o passado indígena do Oeste do Pará, foi nos legado pelos relatos de viajantes que percorriam esta região, principalmente durante o século XIX. A expedição do Cônsul da Rússia, o Barão de Langsdorff (1774-1852), é considerada um marco para o conhecimento do território do Oeste do Pará, no trecho do vale do rio Tapajós pelos registros que foram realizados.

Desta expedição fazia parte o pintor Hércules Florence (1804 – 1879) que acompanhou registrando em diário pessoal e em pinturas os principais acontecimentos desta expedição que percorreu os estados de São Paulo, Mato

Grosso e Pará entre 1825-1829. No ano de 1828 a expedição percorreu o vale do rio Tapajós, passando por Itaituba e Santarém, locais onde foram realizados registros em diário e em pinturas.

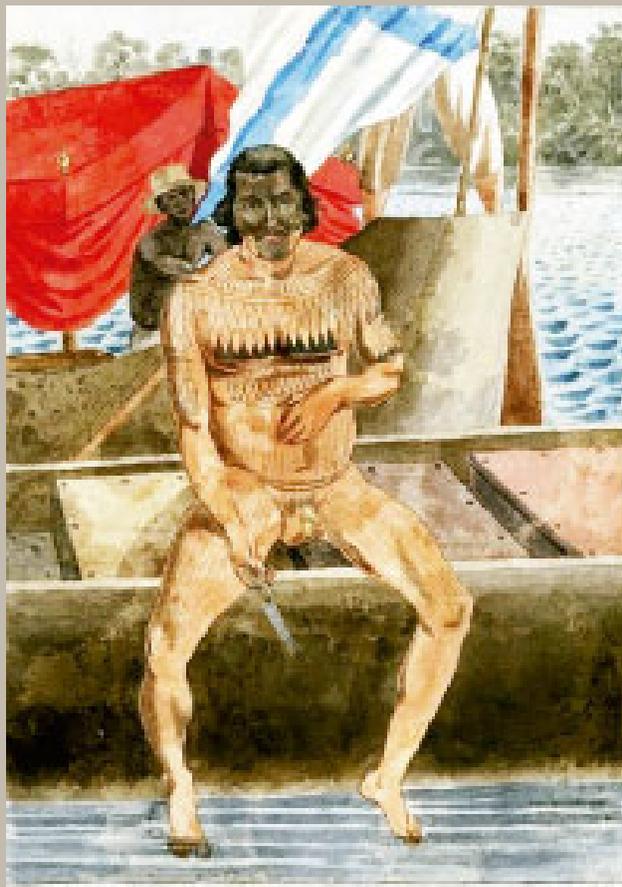


Figura 08: Índio Mundurucu do Tapajós.

Fonte: Hercule Florence, 1828. Coleção Arquivo da Academia de Ciências de São Petersburgo.



Figura 09: Jovem Mundurucu.

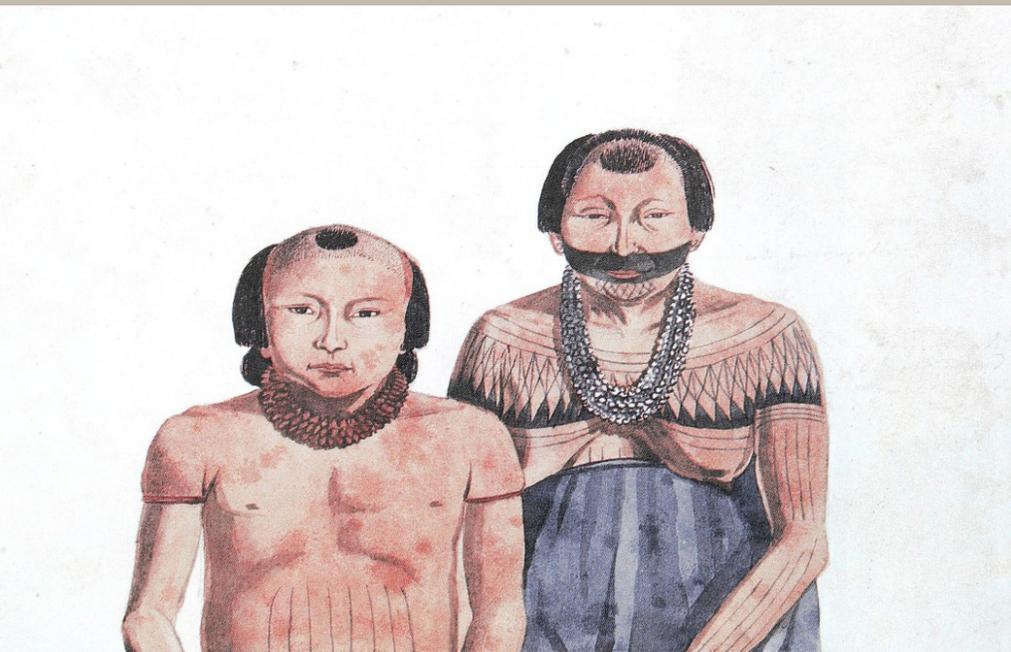
Fonte: Hercule Florence, 1828. Coleção Arquivo da Academia de Ciências de São Petersburgo



Figura 10: Tucháua Mundurucu em costume de fête.

Fonte: Hercule Florence, 1828. Coleção Arquivo da Academia de Ciências de São Petersburgo.

Figura 11: Mulher e criança Mundurucu.



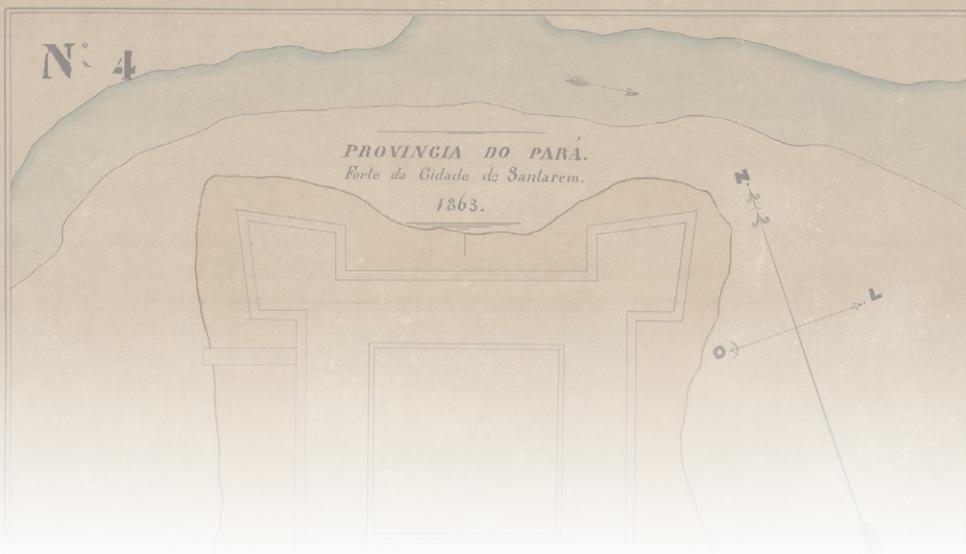
Fonte: Hercule Florence, 1828. Coleção Arquivo da Academia de Ciências de São Petersburgo.

Figura 12: Interior de uma cabana Mundurucu.



Fonte: Hercule Florence, 1828. Coleção Arquivo da Academia de Ciências de São Petersburgo.

Neste capítulo procuramos analisar a ocupação e uso do território pela presença das populações indígenas no Oeste do Pará, anterior e posterior a colonização portuguesa do território.



2 OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO PELOS COLONIZADORES PORTUGUESES NO OESTE DO PARÁ

Este capítulo tem como objetivo analisar a ocupação e o uso do território no Oeste do Pará pelos colonizadores portugueses principalmente no período colonial. Em 1621 ocorre a criação, por decreto, do estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz do Maranhão, que aglutinava terras do Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas. No decreto de criação deste estado ficava assegurado o caráter de independência em relação ao Governo Geral do Brasil, que possuía sua sede em Salvador, Bahia (CRUZ, 1963).

Na época da ocupação portuguesa no período colonial, o vale do rio Tapajós era habitada pelos índios tapajós, no seu trecho conhecido atualmente como baixo Tapajós, principalmente onde atualmente se localiza a cidade de Santarém. Nesta porção territorial os tupaius dominavam a região utilizando suas flechas envenenadas quando em combates com seus inimigos, como o que ocorreu com o conflito com a expedição comandada por Francisco de Orellana, em 1542.

A ocupação portuguesa do território, onde está localizado o Oeste do Pará, ocorreu de forma militar, religiosa e econômica. A ocupação militar do Oeste do Pará no período colonial ocorreu por meio de expedições militares na região com a fixação de diversos fortes que tinham o objetivo de manter a defesa do território.

O primeiro contato entre europeus e índios no Tapajós data de 1542, entre os índios Tupaius ou Tapajós, e a expedição comandada por Francisco de Orellana, onde teria ocorrido conflito entre as duas partes. O líder do povo Tapajós era Nurandaluguaburabara (FONSECA, 2015).

Figura 13: Estatua de Pedro Teixeira em Belém do Pará em 2017.



Foto: Márcio Benassuly, 2017.

Sendo Arthur Cezar Ferreira Reis (1979, p. 11), “Francisco de Orellana foi seguramente o primeiro europeu com nomeada universal que teve contacto com as águas do Tapajós e as terras que ele umedece. Foi isto em 1542.”

A viagem de Orellana foi registrada pelo frei Gaspar de Carvajal (1504 — 1584) em *Relación del Nuevo Descubrimiento del Famoso Rio Grande de las Amazonas*, publicado em 1894 (REIS, 1979).

A chegada dos portugueses impõe uma nova forma de organização espacial no Pará. A expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco (1566 - 1619) e a fundação de Belém do Pará em 1616, foi o marco inicial da ocupação territorial de todo o vale do rio Amazonas que ocorreria principalmente durante os séculos XVII-XVIII.

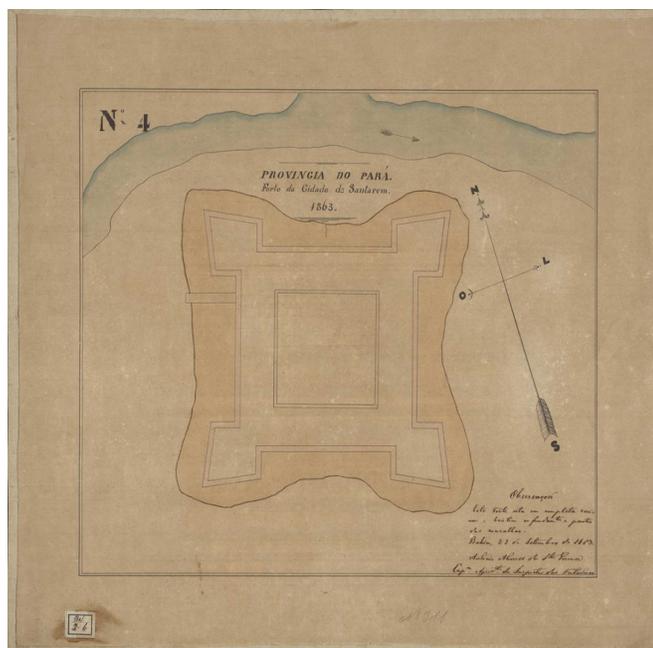
A fundação de Santarém foi descrita pelo historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, profundo conhecedor da região amazônica:

O plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou a ajuda espiritual aquele grupo de gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto — estendia ao mais dilatado sertão, até onde chegasse a fronteira de

Portugal com os distritos de Espanha no vale amazônico —, portanto a própria fronteira estabelecida por Pedro Teixeira em 1639, isto é a fronteira plantada no Aguarico. A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para penetração a longa distância. Significava, pois, a marca política para a expansão que, sendo espiritual, não deixava, também de ser política. (REIS, 1979, p. 31)

Em 1684 em alvará régio da coroa portuguesa, autoriza Francisco da Mota Falcão a construir com recursos particulares as fortalezas do Tapajós (Santarém) e de Pauxis (Óbidos) (REIS, 1979). Na figura seguinte podemos verificar a planta do forte da fortaleza de Santarém elaborada em 1863.

Figura 14: Planta do forte de cidade de Santarém em 1863.

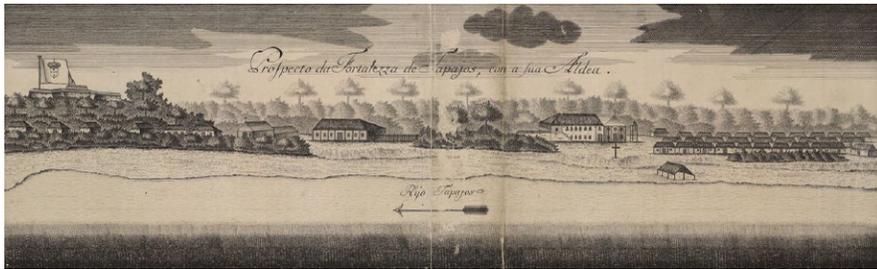


Fonte: Antônio Alvares dos Santos Souza, 1863.

Em 1754, o capitão — engenheiro João André Schwebel — participou como membro da viagem que o governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xaveier de Mendonça Furtado fez ao rio Negro em expedição de demarcações dos reais domínios da coroa de Portugal. Dois anos depois, em 1756, publica um conjunto de prospectos dos principais fortes visitados como Gurupá, Tapajós, Pauxis, rio Negro.

No prospecto de Santarém vemos os principais elementos do espaço em Santarém. Da esquerda para a direita temos a Fortaleza do Tapajós, ao centro temos o núcleo português com as melhores edificações da localidade e a esquerda a aldeia indígena (BARROS, 2021), conforme podemos verificar na figura abaixo.

Figura 15: Prospecto de Santarém em 1756



Fonte: João André Schwebel, 1756.

No Oeste do Pará, Óbidos é um município de colonização antiga. Em 1756 o engenheiro João André Schwebel, em viagem, acompanhando o Governador do Grão – Pará, Francisco Mendonça Furtado (1701-1769) elaborou o prospeto da Fortaleza de Pauxis, em que constam os principais elementos do povoado de Óbidos. Na parte leste temos a fortaleza de Pauxis, já na parte oeste o núcleo português com os melhores edifícios da localidade, conforme podemos verificar na figura seguinte.

Figura 16: Prospecto da Fortaleza de Pauxis



Fonte: João André Schwebel, 1756.

Óbidos foi retratada por vários cientistas que estiveram na localidade. Em 22 de janeiro de 1866, o cientista norte-americano Luís Agassiz (1807-1873) descreve o local Óbidos.

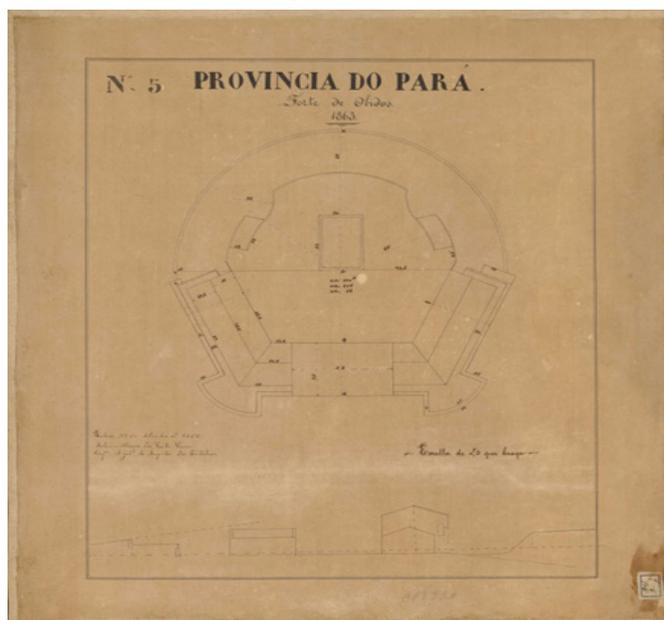
Este cientista narra a beleza da localidade, sua localização em terreno elevado, além da presença da fortaleza de Óbidos, que os cientistas chegam a duvidar do efetivo alcance dos canhões desta fortaleza em combater os inimigos e defesa do território, conforme podemos constatar no trecho seguinte:

Partidos de Vila Bela após o cair da noite, chegamos de manhã cedo a Óbidos. A situação desse bonito vilarejo é das mais pitorescas que se possam imaginar no Amazonas. Está situada numa pequena elevação de declive acentuado e domina o vasto panorama do rio a leste e oeste; é um dos raros pontos donde se podem avistar

as duas margens ao mesmo tempo. A colina de Óbidos é coroada por uma fortaleza que já durante muitos anos não tem podido dar mostras de seu poder; pode-se pôr em dúvida que ela consiga impedir a passagem duma força inimiga. Os canhões muito bem colocados para atingir a margem oposta não poderiam cobrir com os seus fogos a porção do rio que corre ao pé do forte; a inclinação da barranca sobre que está colocada a bateria prejudicaria a ação desta, interpondo-se entre ela e o inimigo, que, passaria com tanto maior facilidade quanto mais próxima estivesse. Essa colina é toda ela composta do mesmo drift vermelho que encontramos em toda a extensão das margens do Amazonas e de seus tributários. Os seixos são aí mais abundantes do que em Manaus e Tefé, e observamo-los dispostos em linhas ou camadas horizontais como no litoral e nas vizinhanças do Rio de Janeiro; a vila de Óbidos está assentada sobre ele. As cercanias são muito pitorescas e o solo muito fértil, mas nota-se sempre o mesmo aspecto de negligência e inatividade descuidada tão tristemente comum a todas as vilas do Amazonas. (AGASSIZ, 2000, p. 339-340)

A figura seguinte mostra a planta da fortaleza de Óbidos, executada em 1863, onde se tem uma visão geral desta unidade militar criada para a defesa do rio, ponto onde o rio Amazonas é mais estreito localizado em frente a cidade de Óbidos.

Figura 17: Planta do Forte de Óbidos em 1863



Fonte: Antônio Alvares dos Santos Souza, 1863.

A figura seguinte mostra os canhões da fortaleza de Óbidos no ano de 2017. No local podemos ter uma visão do rio Amazonas.

Figura 18: Canhões da fortaleza de Óbidos



Foto: Márcio Benassuly, 2017

A cidade de Óbidos é considerada uma cidade com forte herança da colonização portuguesa. Ainda na atualidade é possível encontrar um conjunto de casarões coloniais em estilo português no centro da cidade de Óbidos. Alguns destes prédios ainda preservam a fachada destes imóveis. Na sequência podemos verificar prédios em estilo colonial português localizado no centro de Óbidos.

Figura 19: Casarios de origem portuguesa em Óbidos



Foto: Márcio Benassuly, 2016.

Figura 20: Casarios em estilo português em Óbidos.



Foto: Márcio Benassuly, 2016.

Óbidos está localizada às margens do rio Amazonas onde a presença colonial portuguesa foi intensa. A cidade é berço de grandes literatos de expressão nacional como Inglês de Souza (1853-1918) e José Veríssimo (1857-1916), que são fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL). A figura seguinte mostra a avenida beira rio onde estão localizados vários casarios coloniais em estilo português.

Figura 21: Avenida beira rio de Óbidos



Foto: Márcio Benassuly, 2018.

Monte Alegre é um município do Oeste do Pará, com ocupação humana que remonta 11.200 anos. É um município onde vários cientistas realizaram pesquisas e relatos de viagens.

Em expedição científica pelo rio Amazonas, em 25 de agosto de 1865, chegava em Monte Alegre, Luís Agassiz (1807-1873), que assim descreveram este município paraense:

É meio-dia quando chegamos em frente dessa pequena vila, situada na margem esquerda do Amazonas, na embocadura do afluente Gurupatuba, e o calor está tão forte que não desejo descer em terra antes do cair da tarde. Monte Alegre está assentada no alto duma encosta que se afasta das margens do rio em declive suave, e tira o seu nome dum morro situado a quatro léguas ao nordeste. O terreno é mais acidentado e irregular do que o tem sido até agora; mas, apesar disso, o local não me parece merecer a denominação que lhe foi dada. O aspecto desse distrito se me afigura antes um tanto triste; o solo é todo areia, a floresta baixa, interrompida de quando em quando por campinas baixas e pantanosas cobertas de ervas grosseiras. A areia assenta sobre o mesmo depósito avermelhado, cheio de seixos rolados de quartzo, que vimos encontrando constantemente em nosso caminho. (AGASSIZ, 2000, p. 176)

No relato acima realizado pelo cientista fica evidente o destaque para o clima da região e o relevo elevado presente no local.

Em Monte Alegre a colonização do lugar teve nos religiosos da ordem da Piedade os seus principais atores responsáveis pela colonização do atual município de Monte Alegre. A figura seguinte mostra a forte presença da igreja católica na colonização do lugar.

Figura 22: Monte Alegre em 1785

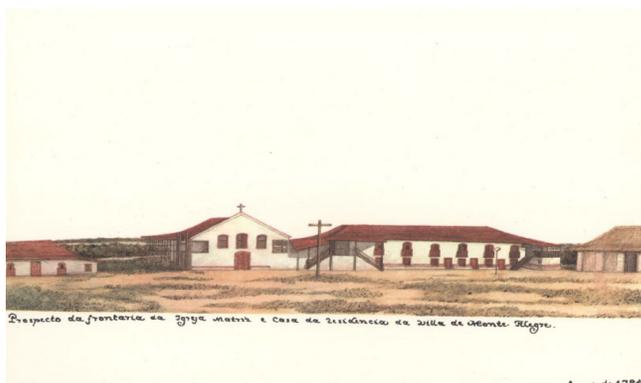


Foto: Alexandre Rodrigues Ferreira, 1971.

Monte Alegre tem suas origens na aldeia de Gurupatuba, onde a população indígena vivia em completa harmonia com a natureza até a

chegada dos colonizadores portugueses, que promoveram profundas alterações no cotidiano destas populações indígenas. A figura seguinte retirada da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira retrata a presença indígena feminina em Monte Alegre.



Figura 23: Casa das índias em Monte Alegre.

Foto: Alexandre Rodrigues Ferreira, 1971

Outro município do Oeste do Pará, que foi visitado por várias expedições de cientistas principalmente durante o século XIX foi Itaituba. Em 1828, em viagem, Hércules Florence (1804-1879), assim descreve Itaituba:

O distrito tem o nome de Itaituba. Compõe-se a parca população de portugueses e seus escravos, brasileiros e maués, estes em maior número. Espontâneos são em sua maior parte os produtos de exportação: a salsaparrilha que os colhedores vão buscar do Pará nas matas do Tapajós; a borracha, fonte de grande riqueza futura; o cravo; o pichiri, preciosas especiarias que atestam o vigor das regiões equatoriais, quando banhadas por grandes rios; o guaraná tão procurado da gente de Cuiabá, e que um dia juntará uma beberagem fresca e aromática ao luxo dos botequins das cidades da Europa (FLORENCE, 2007, p. 261).

A descrição realizada por Hércules Florence (1804-1879) descreve uma Itaituba onde a população indígena é superior ao de colonizadores de origem portuguesa. Descreve os produtos da floresta (salsaparrilha, borracha, cravo, pichiri e guaraná) usados no comércio principalmente entre comerciantes do alto Tapajós com comerciantes de Mato Grosso. Neste capítulo procuramos analisar a ocupação e o uso do território no Oeste do Pará pelos colonizadores portugueses.



3 **FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DO PARÁ**

Este capítulo tem como objetivo analisar a formação e a caracterização territorial do Oeste do Pará. O território do Oeste do Pará é constituído por dezenove municípios, a saber: Alenquer; Almeirim; Aveiro; Belterra; Curuá; Faro; Itaituba; Jacareacanga; Juruti; Mojuí dos Campos; Monte Alegre; Novo Progresso; Óbidos; Oriximiná; Prainha; Rurópolis; Santarém; Terra Santa e Trairão. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, possui uma população de 888.073 habitantes, e uma área territorial de 505.446,49 quilômetros quadrados. Trata-se um território com municípios de colonização antiga e recente, dividido em duas porções: o Baixo Amazonas ao norte e o Tapajós ao sul.

Segundo dados do IBGE–SIDRA (2020), dos dezoito municípios existentes em 2010 (Mojuí dos Campos só foi criado em 2013), Santarém registrou a maior população regional com 294.580 habitantes, a menor população municipal foi contabilizada em Faro com 8.177 moradores. Quanto à área territorial Oriximiná apresenta o maior território entre os municípios do Oeste do Pará com 107.613,838 km²; já Curuá possui a menor área territorial com 1.431,134 km². A maior densidade demográfica foi registrada em Santarém com 12,87, e a menor em Jacareacanga, com 0,26, conforme podemos verificar com mais detalhes no quadro seguinte.

Quadro 01: População, Área territorial (km²) e densidade demográfica nos municípios do Oeste do Pará em 2010

Municípios	População em 2010	Área territorial (km ²)	Densidade demográfica
Alenquer	52.626	23.645,452	2,23
Almeirim	33.614	72.954,798	0,46
Aveiro	15.849	17.074,05	0,93
Belterra	16.318	4.398,418	3,71
Curuá	12.254	1.431,134	8,56
Faro	8.177	11.771,669	0,69
Itaituba	97.493	62.042,47	1,57
Jacareacanga	14.103	53.304,56	0,26
Juruti	47.086	8.305,454	5,67
Mojuí dos Campos	-	4.988,236	-
Monte Alegre	55.462	18.152,559	3,06
Novo Progresso	25.124	38.162,01	0,66
Óbidos	49.333	28.011,041	1,76
Oriximiná	62.794	107.613,838	0,58
Prainha	29.349	14.786,953	1,98
Rurópolis	40.087	7.021,32	5,71
Santarém	294.580	17.898,389	12,87
Terra Santa	16.949	1.895,883	8,94
Trairão	16.875	11.991,09	1,41

Fonte: IBGE-SIDRA, 2020.

Em sua porção do Baixo Amazonas estão os municípios de colonização mais antiga como Santarém, que teve o início do seu povoamento ligado à expedição de Pedro Teixeira que atingiu a foz do Rio Tapajós em 1626, e a criação da aldeia dos Tapajós pelo padre jesuíta Felipe Bettendorf (1625-1698), em 1661.

Outros povoados deram origem a vilas como: Alenquer (1758); Almeirim (1758); Aveiro (1781); Belterra (1947); Curuá (1900); Faro (1769); Itaituba (1857); Juruti (1885); Monte Alegre (1748); Óbidos (1758); Oriximiná (1894); Prainha (1869); Santarém (1758). Nas décadas de 1980, 1990 e 2010, novos municípios se formaram na região, como Jacareacanga (1991); Novo Progresso (1991); Rurópolis (1988); Terra Santa (1991); Trairão (1991) e Mojuí dos Campos (2013).

Segundo informações do IBGE (1957, 2019) dos dezenove municípios do Oeste do Pará, oito surgiram de aldeias indígenas: Alenquer (Aldeia do Surubiú); Almeirim (Aldeia do Parú); Aveiro (Aldeia Tapajós-Tapera); Faro (Aldeia dos Jamundás); Juruti (Aldeia dos Mundurucus); Monte Alegre (Aldeia Gurupatuba); Óbidos (Aldeia dos Pauxis) e Santarém (Aldeia dos Tapajós). Itaituba, segundo informações de Ferreira Pena, em 1836, era um aldeamento de índios.

No quadro seguinte temos uma caracterização dos municípios do território do Oeste do Pará, incluindo a origem, atores da criação, ano de criação da vila e outras observações sobre a história de cada município.

Quadro 02: Caracterização da origem dos municípios do território do Oeste do Pará

Municípios	Origem	Atores na criação	Criação da vila	Observações
Alenquer	Aldeia de Surubiú	Capuchos da Piedade	1758	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Almeirim	Aldeia do Parú	Capuchos de Santo Antônio	1758	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Aveiro	Aldeia Tapajós-Tapera	Índios	1781	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará José de Nápoles Tello de Menezes.
Belterra	Projeto de plantio racional de borracha	FORD	1947	Criação de cidade empresa em 1935, pela companhia Ford do Brasil. Instalação do município em 1997.
Curuá	Vila Curuá	Colonos	1900	Vila criada em 1900. Instalação do município em 1997, desmembrado de Alenquer.
Faro	Aldeia dos Jamundás	Capuchos da Piedade	1769	Povoado cujo território foi disputado pelos estados do Pará e Amazonas.
Itaituba	Aldeamento indígena	Índios, colonizadores	1857	Entrepasto entre Pará e Mato Grosso.
Jacareacanga	Campo de pouso da FAB	FAB, índios	-	Instalação do município em 1993, desmembrado de Itaituba.
Juruti	Aldeia dos Mundurucus	Índios	1885	Território que faz limite entre os estados do Pará e Amazonas.

Municípios	Origem	Atores na criação	Criação da vila	Observações
Mojuí dos Campos	Povoado de nordestinos	Nordestinos	-	Instalação do município em 2013, desmembrado de Santarém.
Monte Alegre	Aldeia de Gurupatuba	Padres da Piedade	1758	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Novo Progresso	Abertura da rodovia BR 163	Colonos		Instalação do município em 1993, desmembrado de Itaituba.
Óbidos	Aldeia dos Pauxis	Frades capuchos	1758	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Oriximiná	Povoado de Mura - Tapera	Religiosos	1894	Povoado desbravado pelo padre José Nicolino de Souza.
Prainha	Povoado do Outeiro	-	1869	Elevado a freguesia em 1758 pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Rurópolis	Polo de colonização dirigida	INCRA		Instalação do município em 1989, desmembrado de Aveiro.
Santarém	Aldeia dos Tapajós	Padres jesuítas	1758	Elevado a vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
Terra Santa	Lugar de Pedra Santa	Índios	-	Instalação do município em 1993, desmembrado de Faro e Oriximiná.
Trairão	Abertura da rodovia BR 163	Colonos	-	Instalação do município em 1993, desmembrado de Itaituba.

Fonte: IBGE, 1957, 2019.

Durante o século XVIII os jesuítas fundaram diversos aldeamentos no Oeste do Pará, em 1722 fundaram a Aldeia de São José ou Matapus (atual Vila de Pinhel) em 1737 fundaram a Aldeia Arapiuns (atual Vila Franca) e Aldeia Santo Inácio ou Tupinambaranas (atual Vila de Boim) em 1738 fundaram a Aldeia Borari (atual Vila de Álder do Chão) (IBGE, 1957).

Em viagem pelo Oeste do Pará, os cientistas Spix (1781-1826) e Martius (1794-1868), em 1820, registraram a população das principais vilas da região, conforme registro abaixo.

Quadro 03: População de lugares do Oeste do Pará, em 1820.

Lugares	Moradores	Lugares	Moradores
Vila de Almeirim	350	Vila de Boim	370
Vila de Monte Alegre	1.820	Vila Pinhel	210
Vila de Alenquer	370	Vila de Franca	1.200
Vila de Santarém	2.360	Vila de Óbidos	1.850
Vila de Alter do Chão	400	Vila de Faro	350

Fonte: SPIX; MARTIUS, 1976, p. 33.

Em sua porção do Tapajós encontramos municípios de colonização antiga e recente. Os municípios de colonização antiga são Itaituba (1857) e Aveiro (1781). Dentre os municípios novos da porção do Tapajós destaca-se Rurópolis (1988), que teve seu processo de povoamento ligado à abertura das rodovias Transamazônica (BR-230) e a Santarém—Cuiabá (BR-163) na década de 1970. Na década de 1990, foram criados os municípios de Novo Progresso (1991), Trairão (1991) e Jacareacanga (1991).

Segundo dados do portal Cidades do IBGE¹ a hierarquia urbana (2018) nos municípios do Oeste do Pará tinha dezesseis municípios classificados como Centro Local (5), um município como Centro de Zona A (Almeirim), um Centro Subregional B (Itaituba) e uma Capital Regional C (Santarém). A Região de Influência (2018) era exercida em quatorze municípios por Santarém, classificada como Capital Regional C (2C). A exceção da Região de Influência de Santarém registrada na pesquisa acontece apenas em Almeirim que tem Macapá/AP, classificada como Capital Regional C (2C), Faro que tem Parintins, registrada como Centro Subregional B (3B), Jacareacanga que tem relações mais acentuada com Itaituba, considerada Centro Subregional B (3B) e Santarém tem recebe influência da capital paraense, Belém, classificada como Metrópole (1C). Quanto à Região Intermediária (2020), todos os municípios do Oeste do Pará têm em Santarém como região intermediária a exceção de Almeirim que tem Altamira como referência.

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 out. 2021.

Quadro 04: Hierarquia dos centros urbanos nos municípios do Oeste do Pará região do Tapajós - 2018

Municípios	Hierarquia Urbana (2018)	Região de Influência (2018)	Região Intermediária (2020)
Alenquer	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Almeirim	Centro de Zona A (4A)	Macapá/AP – Capital Regional C (2C)	Altamira
Aveiro	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Belterra	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Curuá	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Faro	Centro Local (5)	Parintins - Centro Subregional B (3B)	Santarém
Itaituba	Centro Subregional B (3B)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Jacareacanga	Centro Local (5)	Itaituba – Centro Subregional B (3B)	Santarém
Juruti	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Mojú dos Campos	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Monte Alegre	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Novo Progresso	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C);	Santarém
Óbidos	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Oriximiná	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Prainha	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Rurópolis	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Santarém	Capital Regional C (2C)	Belém - Metrópole (1C)	Santarém
Terra Santa	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Trairão	Centro Local (5)	Itaituba – Centro Subregional B (3B)	Santarém

Fonte: IBGE - Cidades, 2021.

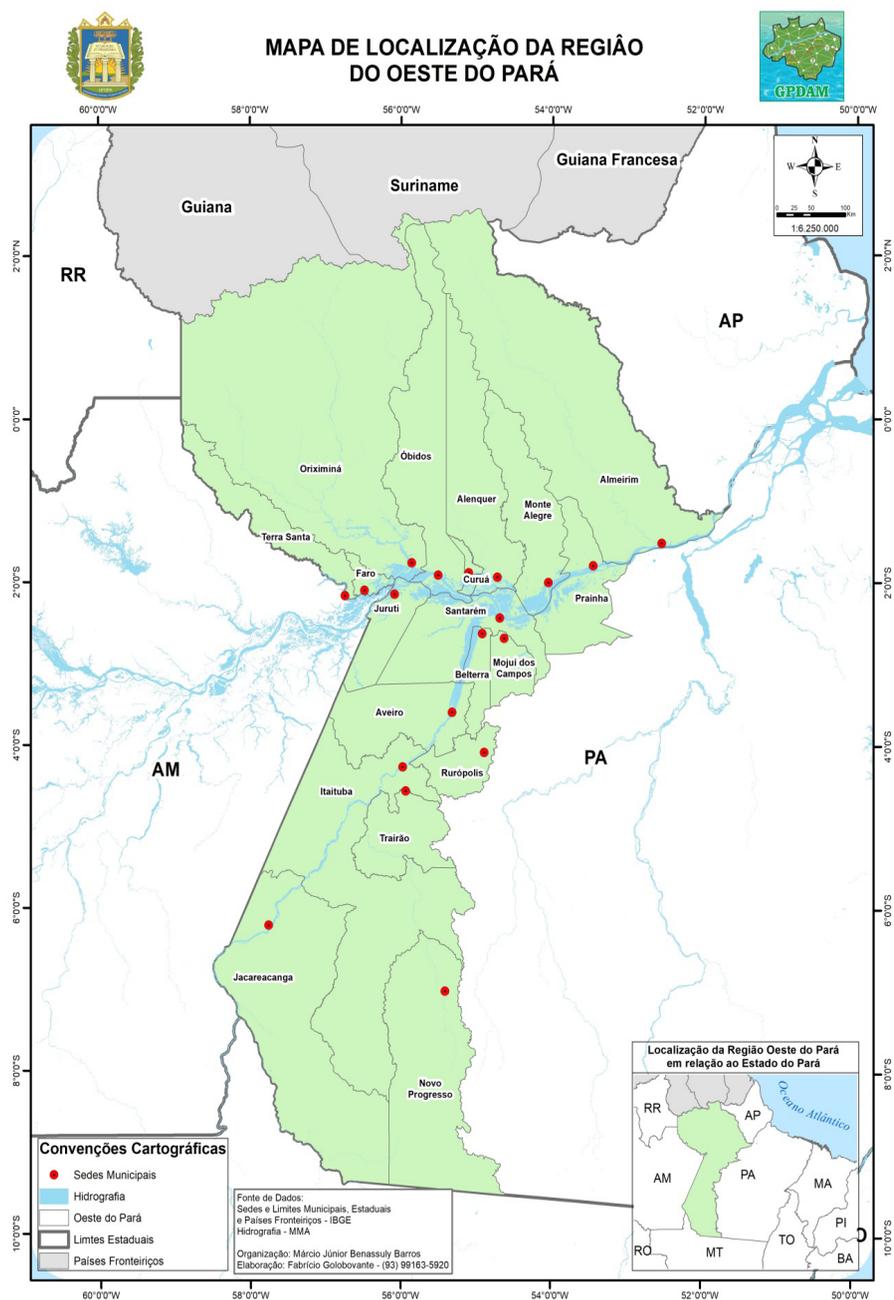
Na região do Oeste do Pará existem municípios antigos, cuja data de criação ocorre no século XIX, como Santarém (1848); Óbidos (1854); Prainha (1869); Monte Alegre (1880); Alenquer (1881); Juruti (1883) e Faro (1892). Os mais recentes municípios foram criados na região em 1995 (Belterra e Curuá) e 2013 (Mojuí dos Campos). Segundo o censo demográfico de 1940 havia na região apenas dez municípios sendo a época Prainha o menos populoso. No censo de 2010 eram dezoito municípios existentes, que Faro figura como o menos populoso.

Quadro 05: Ano de criação e dinâmica populacional nos municípios do Oeste do Pará entre 1940-2010

Municípios	Ano de criação	População em 1940	População em 2010
Alenquer	1881	14.858	52.626
Almeirim	1890	5.061	33.614
Aveiro	1961	-	15.849
Belterra	1995	-	16.318
Curuá	1995	-	12.254
Faro	1892	6.187	8.177
Itaituba	1900	9.152	97.493
Jacareacanga	1991	-	14.103
Juruti	1883	9.387	47.086
Mojuí dos Campos	2013	-	-
Monte Alegre	1880	12.293	55.462
Novo Progresso	1991	-	25.124
Óbidos	1854	13.672	49.333
Oriximiná	1894	13.335	62.794
Prainha	1869	3.979	29.349
Rurópolis	1988	-	40.087
Santarém	1848	47.559	294.580
Terra Santa	1991	-	16.949
Trairão	1991	-	16.875

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1940-2010.

Figura 24: Mapa de localização da região Oeste do Pará



Fonte: Márcio Benassuly, 2020

PERFIL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ.

Segundo dados do censo demográfico 1970 do IBGE, existia na região onze municípios, ainda não haviam sido fundados os municípios de Belterra; Curuá; Jacareacanga; Mojuí dos Campos; Novo Progresso; Rurópolis; Terra Santa e Trairão. Neste censo, Santarém concentrava a maior população da região com 135.215 pessoas; já Faro registrava a menor população entre os municípios existentes em 1970, no Oeste do Pará, com 10.054 habitantes municipais. No censo demográfico de 2010, Santarém continua como o município com maior população regional, com 294.580 habitantes, e Faro, com a menor população municipal, com apenas 8.177 habitantes. Cabe registrar que a população de Faro reduziu de 10.054 habitantes, em 1970, para 8.177, em 2010.

Quadro 06: População residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Pará	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.195.965	7.581.051
Alenquer	35.021	44.535	52.856	41.784	52.626
Almeirim	11.889	33.077	33.442	33.957	33.614
Aveiro	8.819	12.749	10.876	15.518	15.849
Belterra	-	-	-	14.594	16.318
Curuá	-	-	-	9.224	12.254
Faro	10.054	12.598	13.574	10.037	8.177
Itaituba	12.690	38.573	116.402	94.750	97.493
Jacareacanga	-	-	-	24.024	14.103
Juruti	18.684	22.602	23.262	31.198	47.086
Mojuí dos Campos	-	-	-	-	-
Monte Alegre	28.379	37.904	46.951	61.334	55.462
Novo Progresso	-	-	-	24.948	25.124
Óbidos	26.426	38.009	42.307	46.490	49.333
Oriximiná	18.994	29.593	41.154	48.332	62.794
Prainha	12.304	45.354	26.782	27.301	29.349
Rurópolis	-	-	19.468	24.660	40.087
Santarém	135.215	191.945	265.062	262.538	294.580
Terra Santa	-	-	-	14.592	16.949
Trairão	-	-	-	14.042	16.875

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

PERFIL DA POPULAÇÃO URBANA RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

A dinâmica da população urbana nos municípios do Oeste do Pará, entre 1970-2010, mostra Santarém como a maior concentração da população regional com 61.324 habitantes vivendo na zona urbana do município. Já Aveiro registrou a menor população urbana entre os municípios da região, com 1.108 pessoas vivendo na zona urbana do município. Em 2010 Santarém continua concentrado a maior população urbana regional e Aveiro a menor população urbana.

Quadro 07: População urbana residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Alenquer	11.367	17.753	21.958	25.160	27.722
Almeirim	3.527	4.827	16.342	18.916	19.965
Aveiro	1.108	1.854	2.496	2.940	3.179
Belterra	-	-	-	5.126	6.852
Curuá	-	-	-	2.933	5.781
Faro	4.358	6.581	8.884	4.918	6.128
Itaituba	3.776	20.927	62.186	64.486	70.682
Jacareacanga	-	-	-	5.670	4.930
Juruti	3.072	5.048	7.973	10.780	15.852
Mojuí dos Campos	-	-	-	-	-
Monte Alegre	6.007	10.673	16.987	20.921	24.565
Novo Progresso	-	-	-	9.151	17.717
Rurópolis	-	-	3.900	8.419	15.273
Santarém	61.324	111.493	180.018	186.297	215.790
Terra Santa	-	-	-	10.965	11.334
Trairão	-	-	-	3.008	5.679

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

PERFIL DA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

Assim como ocorreu no restante do Brasil, a década de 1970 marca a transição do deslocamento da população rural para a zona urbana nos municípios. No Oeste do Pará a presença da concentração da população na zona rural é destacada. No censo de 1970, Santarém concentra a maior população rural regional, com 73.891 habitantes e, Faro, a menor entre os municípios da região, com 5.696 pessoas, realidade que persiste no censo de 2010. O quadro seguinte mostra as dinâmicas da população residente rural de cada município da região entre 1970 a 2010.

Quadro 08: População rural residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Alenquer	23.654	17.753	21.958	16.624	24.904
Almeirim	8.362	28.250	17.100	15.041	13.649
Aveiro	7.711	10.895	8.380	12.578	12.670
Belterra	-	-	-	9.468	9.466
Curuá	-	-	-	6.291	6.473
Faro	5.696	6.017	4.690	5.119	2.049
Itaituba	8.914	17.646	54.216	30.264	26.811
Jacareacanga	-	-	-	16.408	9.173
Juruti	15.712	17.554	15.289	20.418	31.234
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-
Monte Alegre	22.372	27.231	29.964	40.413	30.897
Novo Progresso	-	-	-	15.797	7.407
Rurópolis	-	-	15.568	16.241	24.814
Santarém	73.891	80.452	85.044	76.241	78.790
Terra Santa	-	-	-	3.627	5.615
Trairão	-	-	-	10.894	11.196

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

PERFIL DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR E RAÇA NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

O censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE mostra o perfil da população residente por cor e raça nos municípios do Oeste do Pará, distribuídas em Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena e Sem declaração. Em todos os municípios da região a população Parda é maioria no conjunto da população municipal, com exceção de Jacareacanga onde a população indígena é maioria nos residentes municipais. Em Novo Progresso a população Branca fica próxima da população Parda municipal. As três maiores populações indígenas estão presentes em Jacareacanga, Oriximiná e Santarém, conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 09: População residente por cor e raça nos municípios do Oeste do Pará - 2010

Municípios	2010						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Alenquer	52.626	10.093	3.796	565	38.172	-	-
Almeirim	33.614	5.324	1.987	210	25.219	874	-
Aveiro	15.849	1.739	1.241	183	10.820	1.86	-
Belterra	16.318	1.995	638	183	13.127	375	-
Curuá	12.254	2.296	769	72	9.117	-	-
Faro	8.177	1.385	204	6	6.518	63	-
Itaituba	97.493	22.906	9.918	1.076	62.813	781	-
Jacareacanga	14.103	2.245	2.287	82	3.922	5.567	-
Juruti	47.986	6.264	1.285	742	38.715	80	-
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-	-	-
Mente Alegre	55.462	10.457	2.091	434	42.367	112	-
Novo Progresso	25.124	11.337	1.684	74	11.958	71	-
Óbidos	49.333	10.015	3.761	515	34.458	583	-
Oriximiná	62.794	9.412	7.038	297	43.077	2.970	-
Prainha	29.349	3.687	459	25	25.177	-	-
Rurópolis	40.087	9.707	2.313	424	27.615	29	-
Santarém	294.580	59.213	15.255	2.531	215.125	2.456	-
Terra Santa	16.949	3.426	484	84	12.922	34	-
Trairão	16.875	4.020	1.316	268	10.965	306	-

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

PERFIL DA NATURALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

De acordo com o censo de 2010 nos dezoito municípios do Oeste do Pará (Mojú dos Campos só foi criado em 2013), a população natural do município era a maioria em dezesseis dos dezoito registrados em 2010. Apenas em Novo Progresso e Trairão a população não natural era superior a população natural do município, como detalha o quadro seguinte.

Quadro 10: Naturalidade da população residente em relação aos municípios e à unidade da federação nos municípios do Oeste do Pará em 2010

Unidade da Federação e Município	Naturais do município	Não naturais do município	Não naturais da unidade da federação	Total
Alenquer	47.030	5.596	2.435	52.626
Almeirim	23.437	10.177	4.342	33.614
Aveiro	11.851	3.998	1.373	15.849
Belterra	10.593	5.725	1.838	16.318
Curuá	9.032	3.222	398	12.254
Faro	6.433	1.744	1.397	8.177
Itaituba	56.135	41.358	28.970	97.493
Jacareacanga	10.345	3.758	2.375	14.103
Juruti	38.705	8.381	3.311	57.086
Mojú dos Campos	-	-	-	-
Monte Alegre	46.179	9.283	2.939	55.462
Novo Progresso	5.817	19.307	13.544	25.124
Óbidos	43.003	6.330	1.568	49.333
Oriximiná	51.941	10.853	3.477	62.794
Prainha	24.301	5.048	674	29.349
Rurópolis	22.845	17.242	11.795	40.087
Santarém	233.883	60.697	24.079	294.580
Terra Santa	13.478	3.471	1.955	16.949
Trairão	7.529	9.346	5.467	16.875

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

PERFIL DA LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DE INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

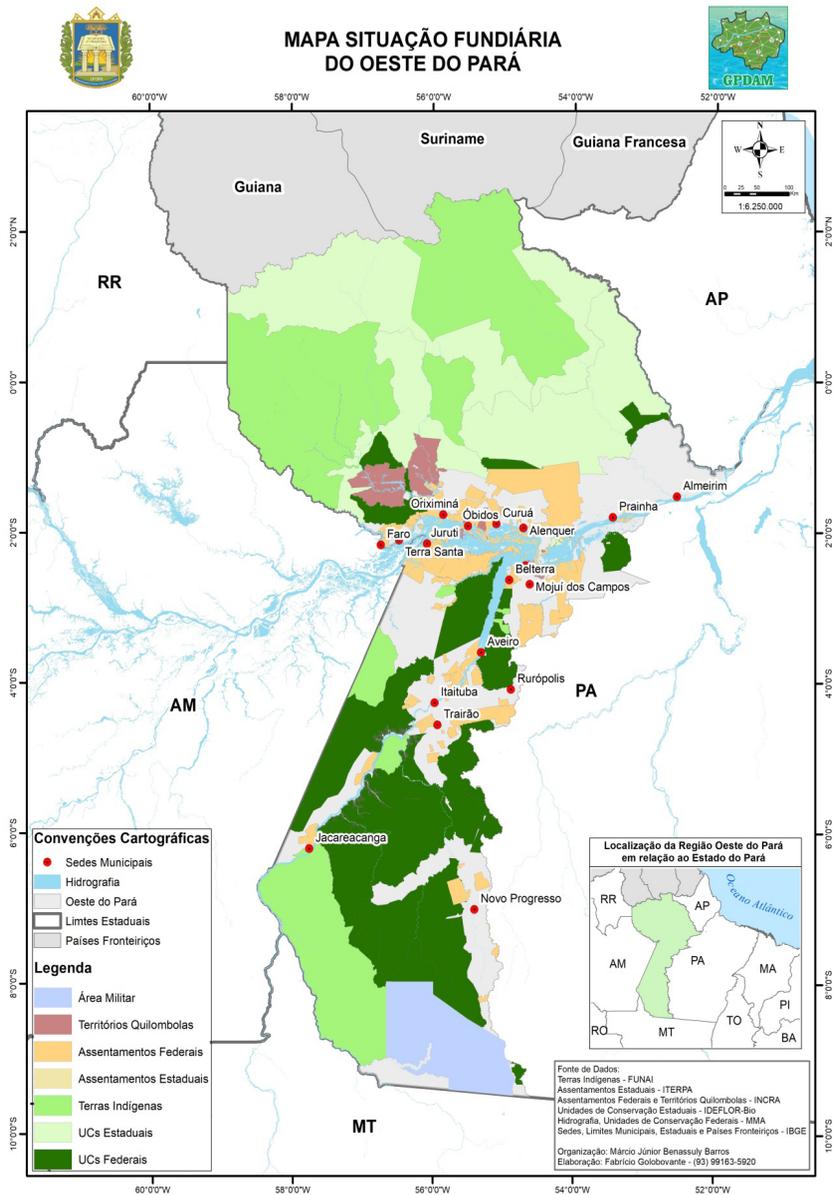
No censo de 2010 foram pesquisadas a localização do domicílio e condição indígena em municípios do Oeste do Pará distribuídas em terras indígenas e fora de terras indígenas. Os quatro municípios com maior população indígena são Jacareacanga, Oriximiná, Santarém e Aveiro. Em Jacareacanga, Oriximiná e Aveiro a população residente em terras indígenas é maioria, já em Santarém os registros mostram apenas população residente fora de terras indígenas, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 11: Localização do domicílio e condição de indígena em municípios do Oeste do Pará - 2010

Municípios	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas	Total
Alenquer	-	31	31
Almeirim	794	22	816
Aveiro	1.554	223	1.777
Belterra	-	342	342
Curuá	-	1	1
Faro	115	2	117
Itaituba	99	751	850
Jacareacanga	5.869	1.176	7.045
Juruti	-	100	100
Mojui dos Campos	-	-	-
Monte Alegre	-	68	68
Novo Progresso	-	108	108
Óbidos	496	104	600
Oriximiná	2.656	507	3.163
Prainha	-	2	2
Rurópolis	-	49	49
Santarém	-	2.627	2.627
Terra Santa	-	27	27
Trairão	-	332	332

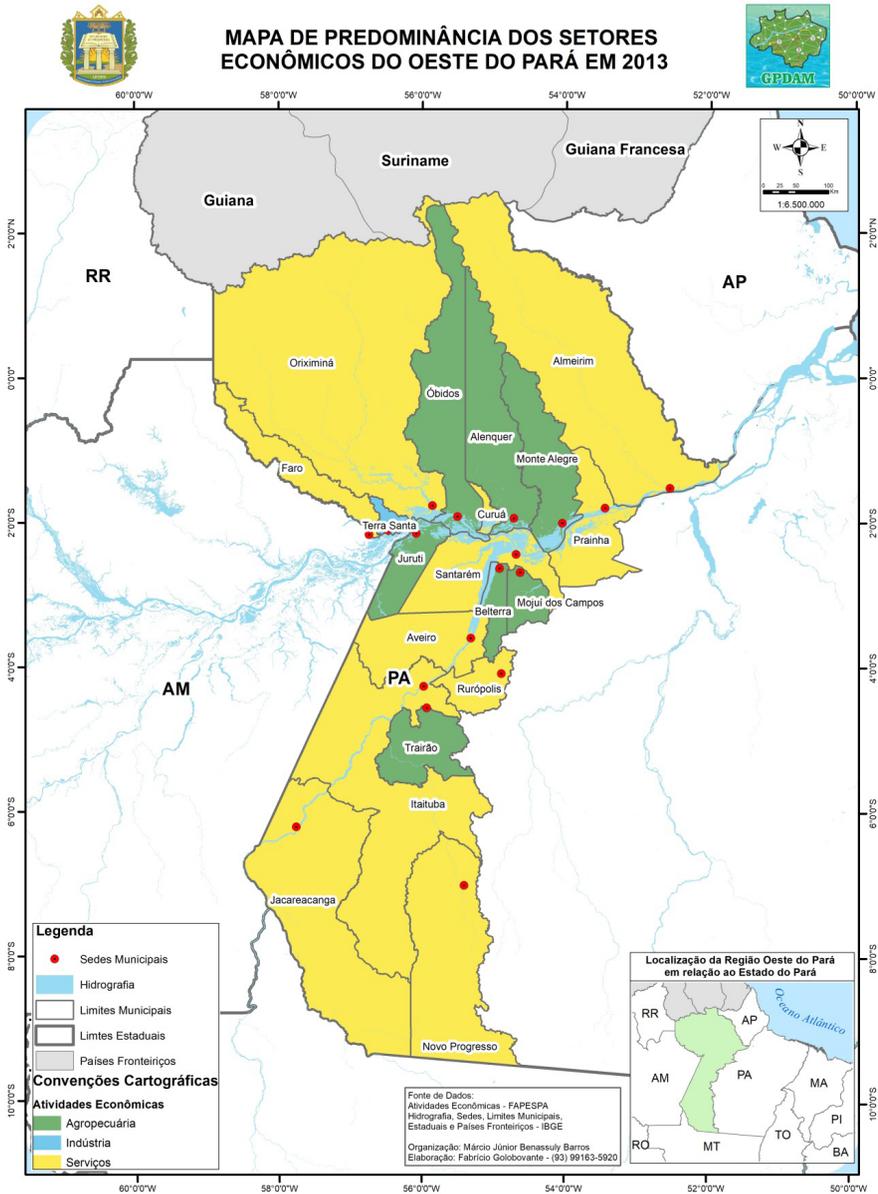
Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

Figura 25: Mapa da situação fundiária do Oeste do Pará



Fonte: Márcio Benassuly, 2020

Figura 26: Mapa de predominância dos setores econômicos do Oeste do Pará em 2013

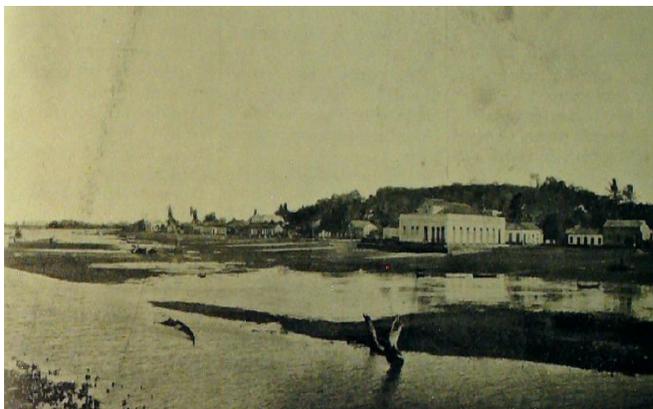


Fonte: Márcio Benassuly, 2020

Na sequência abordamos brevemente a caracterização urbana, econômica e fotográfica dos Municípios do território do Oeste do Pará, com fotos retiradas do acervo do IBGE, do álbum Pará 1908, de Raimundo Pereira Brasil e do acervo pessoal do autor.

O município de Alenquer tem suas origens na Aldeia de Surubiú, tendo os Capuchos da Piedade como os principais responsáveis pela organização deste lugar. Em 1758, Alenquer foi elevado à vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Alenquer, Vila de Curuá, Pais de Carvalho, Paraná – Miri, Arapari, Cuipéua, Curicaca, Cumuru, Surubiú-Miri, Macurá e Apolinário. Foi um grande produtor de castanha do Pará, juta, fava cumaru, balata (IBGE, 1957).

Figura 27: Cidade de Alenquer



Fonte: Álbum Pará, 1908.

Figura 28: Aspecto de Alenquer, em 1966



Fonte: IBGE, 1966.

O município de Almeirim tem suas origens na Aldeia do Parú, tendo os Capuchos de Santo Antônio como os principais incentivadores pela organização da localidade. Foi elevado, em 1758, à vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Almeirim, vila Arumanduba, Recreio, Arraiolos, Caracuru, São Militão, Bom Jardim, Providência, Panacari e Flexal. Foi um grande produtor de balata, borracha, castanha do Pará e juta (IBGE, 1957). O município sedia o projeto Jari, implantado pelo empresário americano Daniel Ludwig (1897-1992), em 1967.

Figura 29: Aspecto da prefeitura de Almeirim



Fonte: IBGE - s.d.

Figura 30: Aspecto da cidade de Almeirim, em 2018



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de Aveiro tem suas origens na Aldeia Tapajós-Tapera, sendo os próprios indígenas os responsáveis pela organização da aldeia. Aveiro foi elevado à vila em 1781, pelo governador do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Menezes (1747-1795). Pela divisão territorial, de 1963, possuía os seguintes distritos: Aveiro, Brasília Legal e Pinhal. No município foi instalado pelo empresário americano o projeto Fordlândia, que previa produção racional de borracha de seringueira para a *Company Ford*. Foi um grande produtor de borracha (IBGE, 1919).

Figura 31: Aspecto de Aveiro em 2018



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Figura 32: Fordlândia em Aveiro



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

O município de *Belterra* tem suas origens no projeto de plantio racional de borracha em 1935, pela Companhia Ford Industrial do Brasil, pertencente ao empresário americano Henry Ford (1863-1947). Com o fracasso do projeto de plantio de borracha em Fordlândia instalado em Aveiro, houve a transferência do referido projeto para o lugar chamado pela Ford de *Bela Terra*, depois renomeado para Belterra. Com o fracasso do projeto em Belterra, em 1945, o local foi transformado em Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), sob jurisdição do Ministério da Agricultura. Já foi distrito de Santarém. Ainda mantém produção de borracha nos seringais do município. Em 1997 foi instalado o município de Belterra desmembrado de Santarém (IBGE, 1999).

Figura 33: Seringueiros voltando do seu trabalho em Belterra (PA) em 1953



Fonte: IBGE, 1953.

Figura 34: Aspecto de casas em estilo americano em Belterra em 2018



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de Curuá tem suas origens na criação da Vila Curuá, em 1900, quando os colonos do lugar foram os responsáveis pela organização da localidade. Já foi distrito de Alenquer até 1997, quando foi instalado o município de Curuá (IBGE, 1919).

Figura 35: Aspectos da cidade de Curuá



Fonte: G1, s.d. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa>.

O município de Faro tem suas origens na Aldeia dos Jamundás, tendo os Capuchos da Piedade como os principais incentivadores pela organização espacial deste lugar. Em 1769 foi elevado a condição de vila. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Faro, Vila de Terra Santa, Tigre, Ubim, Maracanã, Abauçú, Jamari, Sapucú e Piraruacá. Foi um grande produtor de pau-rosa, juta e castanha do Pará (IBGE, 1957).

Figura 36: Cidade de Faro em 1966



Fonte: IBGE, 1966.

O município de *Itaituba* tem suas origens no aldeamento indígena e entreposto entre comerciantes do Tapajós e do Mato Grosso. Em 1857 ocorre a elevação à condição de vila. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: Itaituba (cidade); Brasília Legal; Fordlândia; Barreiras; São Luiz; Paraná-Mirim; Pimental e Barreirinha. Foi um grande produtor de borracha, castanha do Pará e juta (IBGE, 1957). Possui grandes garimpos em atividade, principalmente no rio Tapajós.

Figura 37: Gravura de Itaituba realizada pela expedição de Henri Condreau em 1895



Fonte: Coudreau, 1977.

Figura 38: Embarque de borracha em Itaituba em 1908



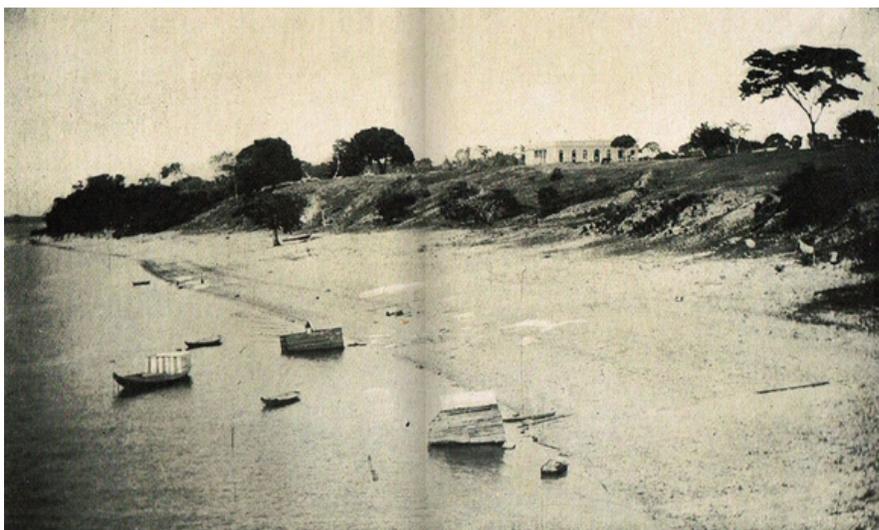
Fonte: Álbum Pará 1908.

Figura 39: Seringal no mangabal de Raimundo Pereira Brasil, no rio Tapajós



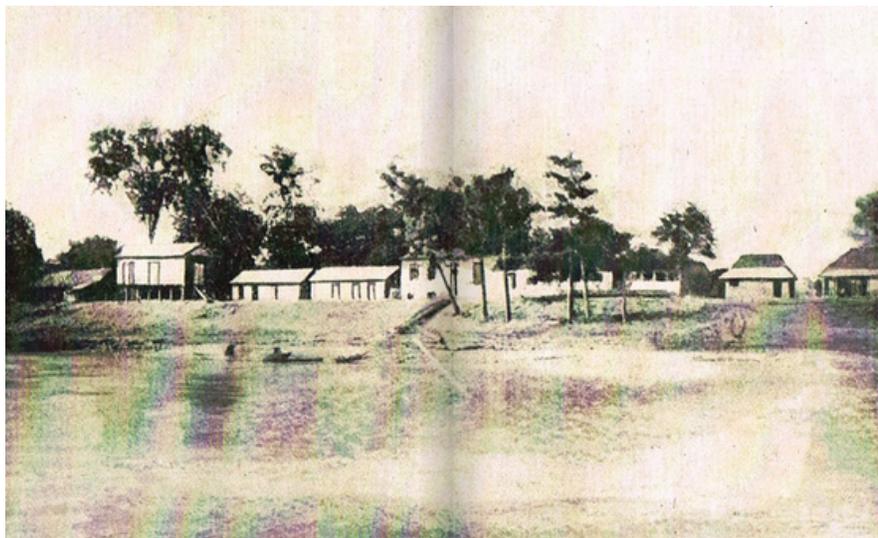
Fonte: Raimundo Pereira Brasil, 1913.

Figura 40: Parte litoral da cidade de Itaituba



Fonte: Raimundo Pereira Brasil, 1913.

Figura 41: Localidade de Bela vista, de propriedade de Raimundo Pereira Brasil



Fonte: Raimundo Pereira Brasil, 1913.

Figura 42: Canoa usada no transporte de borracha no rio Tapajós, Itaituba



Fonte: Raimundo Pereira Brasil, 1913.

Figura 43: Aspecto da frente da cidade de Itaituba em 2019



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

O município de Jacareacanga tem suas origens na abertura de campo de pouso da Força Área Brasileira (FAB), tendo os índios, e os militares atores importantes no povoamento do lugar. Em divisão territorial de 2001, o município possuía os seguintes distritos: Jacareacanga e Porto Rico. Em 1993 ocorreu a instalação do município desmembrado de Itaituba (IBGE, 2019).

Figura 44: Aspectos da cidade de Jacareacanga



Fonte: <https://giroportal.com.br/jacareacanga-em-alerta>. Acesso em: 01/10/2021

O município de Juruti tem suas origens na Aldeia dos Mundurucus, tendo como atores do povoamento os próprios índios mundurucus. Em 1885, Juruti foi elevado à condição de vila. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Juruti e Juruti Velho. Foi um grande produtor de castanha do Pará, juta, fava de cumaru e pau-rosa (IBGE, 1957).

Figura 45: Aspecto da cidade de Juruti em 2019.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

O município de Mojuí dos Campos tem suas origens na chegada de dezenas de famílias de nordestinos, em 1914, formando o povoado onde atualmente se encontra a cidade de Mojuí dos Campos. Em 1950 foi registrada a chegada de cerca de cinquenta famílias de cearenses para povoar o local. Já foi distrito de Santarém. A instalação do município ocorre em 2013 desmembrado de Santarém (IBGE, 2019).



Figura 46: Aspecto da Vila de Mojuí dos Campos em 1966.

Fonte: IBGE, 1966.

Figura 47: Malva em Mojuí dos Campos em 1966.



Fonte: IBGE, 1966

O município de Monte Alegre tem suas origens na Aldeia de Gurupatuba, tendo os Padres da Piedade como os principais responsáveis pela organização da localidade. Em 1758, Monte Alegre foi elevado à condição de vila pelo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769). Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Monte Alegre, Inglês de Sousa, Colônia Major Barata, Maicuru, Cuçaru, Pariçó, Jacarecapá, Maxirá, Ererê, São Diego e Mulata. Foi um grande produtor de balata, babaçu, castanha do Pará, juta (IBGE, 1957).

Figura 48: Vista dos barracões dos colonos japoneses em Monte Alegre (PA) em 1953.



Fonte: IBGE, 1953.

Figura 49: Aspecto da cidade de Monte Alegre em 2018



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Novo Progresso* tem suas origens na construção da rodovia Cuiabá – Santarém (BR 163), durante a década de 1970, onde colonos vindos de vários estados do Brasil exerceram importante papel do povoamento do lugar. Os habitantes primitivos do município foram os índios, pois já foram encontrados vários vestígios de cerâmicas em diversos lugares de Novo Progresso. Em 1993 ocorre a instalação do município desmembrado de Itaituba (IBGE, 2019).

Figura 50: Aspecto da cidade de Novo Progresso



Fonte: progressonoticia.blogspot.com. Acesso: 01/10/2021

O município de Óbidos tem suas origens na Aldeia dos Pauxis, tendo os Frades Capuchos como os principais responsáveis pela organização deste lugar. Em 1758, Óbidos foi elevado à condição de vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769). Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: Óbidos (cidade); Rio Branco; Flexal; Igarapé-Açu e São José. Foi um grande produtor de castanha do Pará, juta e fava de cumaru (IBGE, 1957).

Figuras 51: Casas construídas no município de Óbidos à margem do Rio Amazonas (PA) em 1953.



Fonte: IBGE, 1953.

Figura 52: Aspecto da cidade de Óbidos em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de Oriximiná tem suas origens no Povoado de Mura, Tapera, os religiosos exerceram um papel importante no povoamento do lugar, com destaque para o padre José Nicolino de Souza. Em 1894, Oriximiná foi elevado à condição de vila. Pelo recenseamento de 1950, possuía a cidade de Oriximiná como principal aglomeração urbana. Foi um grande produtor de castanha do Pará e juta (IBGE, 1957).



Figura 53: Batelão de transporte de castanha em Oriximiná em 1966.

Fonte: IBGE, 1966

Figura 54: Aspecto da cidade de Oriximiná em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de Prainha tem suas origens no Povoado do Outeiro. Em 1758, Prainha foi elevada à freguesia pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 1869 ocorre a elevação à condição de vila. Em divisão administrativa de 1991 o município possui os seguintes distritos: Prainha e Pacoval (IBGE, 2019).

Figura 55: Aspecto da cidade de Prainha em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

O município de Rurópolis tem suas origens nos eventos relacionados à colonização dirigida pelo INCRA no entroncamento da rodovia Transamazônica (BR 230) e com a rodovia Cuiabá—Santarém (BR 163). Em 1989 ocorre a instalação do município, desmembrado de Aveiro (IBGE, 2019)

Figura 56: Cidade de Rurópolis



Fonte: Márcio Benassuly, 2020.

O município de *Santarém* tem suas origens na Aldeia dos Tapajós, tendo os Padres jesuítas como os principais responsáveis pela organização desta localidade. Em 1758, Santarém foi elevada à condição de vila pelo governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pelo recenseamento de 1950, possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Santarém; Vila de Álder do Chão; Vila de Aveiro; Vila de Belterra; Vila de Boim; Vila de Curuai; Aritapera; Arapixuna; Carariacá; Aramaná; Samaúma; Pinhel; Vila Socorro; Guajará e Vila Franca. Foi um grande produtor de castanha do Pará, juta, borracha e pau-rosa (IBGE, 1957).

Figura 57: Cidade de Santarém (PA) em 1953.



Fonte: IBGE, 1853

Figura 58: Aspecto do encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós em frente à cidade de Santarém em 2019.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

O município de *Terra Santa* tem suas origens no Lugar de Pedra Santa, onde os índios exerceram um papel de destaque para o povoamento do lugar. Em 1993 ocorre a instalação do município, desmembrado de Faro e Oriximiná (IBGE, 2019).

Figura 59: Cidade de Terra Santa em 1965.



Fonte: IBGE, 1965.

O município de *Trairão* tem suas origens na abertura da rodovia Cuiabá—Santarém (BR 163), onde colonos vindos de vários estados do Brasil exerceram papel importante no povoamento do lugar. Em 1993 ocorre a instalação do município, desmembrado de Itaituba (IBGE, 2019).

Figura 60: Cidade de Trairão



Fonte: Márcio Benassuly, 2020.

O *território do Oeste do Pará* é objeto da ação estatal e privada que pretende a instalação de grandes projetos de mineração, estradas, ferrovias, portos, hidrelétricas e plantio de grãos.

A atividade mineral está presente no Oeste do Pará *na porção do Baixo Amazonas* e Tapajós. Na porção do Baixo Amazonas encontramos grandes projetos de mineração já instalados em Oriximiná (Mineração Rio do Norte) e em Juruti (Alcoa), ambos responsáveis pela exploração de bauxita, que causaram uma série de problemas sócio ambientais em comunidades próximas do projeto. Na porção do Tapajós encontramos grandes projetos de mineração já instalados em Itaituba, ligados principalmente à atividade de garimpo no rio Tapajós.

A ação de projetos de mineração da empresa Alcoa em Juruti, no início do projeto, em 2009, envolveu a contratação de bastante mão de obra local, porém, depois da conclusão do canteiro de obras, houve a dispensa desta mão de obra.

A implantação da empresa Mineração Rio do Norte (MRN) e Oriximiná no início dos anos de 1970, promoveu a remoção de pessoas de suas casas para a construção do projeto. Ao longo do tempo várias foram as denúncias de contaminação dos cursos d'água, como o que foi registrado no lago batata.

Figura 61: Planta industrial de minério da Alcoa em Juruti.



Fonte: Márcio Benassuly, 2017.

A abertura de estradas no Oeste do Pará permitiu a interligação da *porção do Baixo Amazonas* e Tapajós a outros lugares do Pará do Brasil. As principais rodovias abertas foram à Transamazônica (BR-230), Santarém-Cuiabá (BR-163) e rodovia Santarém—Curuá Una (PA 370).

Figura 62: Aspecto da rodovia Transamazônica (BR 230) em Miritituba, Itaituba em 2019.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Figura 63: Aspecto da rodovia Santarém - Curuá Una (PA 370) em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

A atividade ferroviária está presente no Oeste do Pará, na porção do Baixo Amazonas, através de uma ferrovia da empresa Alcoa em Juruti, que realiza o transporte de minério entre a mina e o porto da empresa. Na porção do Tapajós esta prevista a implantação da Ferrogrão.

A atividade portuária está presente no Oeste do Pará na porção do Baixo Amazonas e Tapajós. Na porção do Baixo Amazonas, os principais portos já instalados são: Santarém (porto público da Companhia Docas do Pará e da empresa Cargill), Juruti (controlado pela empresa de mineração Alcoa), Oriximiná (controlado pela empresa Mineração Rio do Norte).

Santarém vem ao longo do tempo se consolidando como importante corredor de logística da produção agrícola globalizada do estado de Mato Grosso, que pressiona pela instalação do porto do Maicá.

Figura 64: Aspecto do porto da Cargill em Santarém em 2017.



Fonte: Márcio Benassuly, 2017.

Figura 65: Aspecto das estações de transbordo de cargas instaladas em Miritituba, as margens do rio Tapajós em 2019.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Figura 66: Aspecto do terminal hidroviário de Santarém, em construção em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

A IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO OESTE DO PARÁ.

Na *porção do Baixo Amazonas* já existe uma hidrelétrica instalada que é a hidrelétrica de Curuá-Una, inaugurada em 1977, na rodovia Santarém—Curuá Una. Também nesta porção do Oeste do Pará está prevista a implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira no município de Oriximiná. No entanto é na porção do Tapajós, que estão prevista a instalação de pelo menos três hidrelétricas, que são: São Luiz do Tapajós, Jatobá e Chacorão.

Figura 67: Aspecto da hidrelétrica de Curuá-Una em Santarém em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

A atividade do plantio de grãos está presente no Oeste do Pará na porção do Baixo Amazonas e Tapajós.

Na região do planalto santareno, formado pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, a chegada da soja em fins da década de 1990 foi responsável por uma série de problemas de ordem fundiário com a expropriação de terras por parte dos sojicultores, uso de agrotóxico usado nas lavouras de soja, onde já existem denúncias de possíveis contaminação e assoreamento de igarapés ao longo da rodovia PA 370 —, o mais divulgado tem sido o da comunidade de Guaraná.

Figura 68: Plantio de soja na rodovia Santarém—Curuá Una em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

No *território do Oeste do Pará* diversos projetos de mineração, agronegócio e logísticas de transporte da chamada “agenda de desenvolvimento” implantado de forma autoritária pelo Estado em associação com o capital nacional e internacional tem ameaçado os territórios de populações tradicionais, como camponeses, ribeirinhos, indígenas e pescadores. A implantação destes grandes projetos tem representado uma ameaça ao modo de vidas destas populações tradicionais e suas formas de uso da terra, da floresta e dos rios da região. Cabe destacar que o território do Oeste do Pará concentra um grande mosaico de territórios de reservas estatais, o que inclui: unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos da reforma agrária, territórios quilombolas etc. Na atualidade todos estes territórios de reserva estão ameaçados pela ação do capital e sua busca por terras para a produção agrícola e mineral principalmente.

Figura 69: Aspecto de uma praia na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, em Santarém em 2018.



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.



4 OCUPAÇÃO E USO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO NO OESTE DO PARÁ

Este capítulo tem como objetivo analisar a ocupação e o uso de agrícola do território no Oeste do Pará, com destaque para o estudo da dinâmica da lavoura temporária e permanente existentes nos municípios da região.

PERFIL DA ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA PERMANENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

O levantamento realizado pelo IBGE² em 2019, por meio da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) mostra que os principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará são banana, cacau, coco-da-baía, limão, mamão, pimenta-do-reino e tangerina. A cultura da banana está presente em todos os municípios pesquisados em 2019. Em Monte Alegre, Alenquer e Prainha o destaque é para a cultura do limão.

² Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso: 01 out. 2021.

Quadro 12: Área colhida (Hectares) dos principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará em 2019.

Unidade da Federação e Município	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Coco-da-baía	Limão	Mamão	Pimenta-do-reino	Tangerina
Alenquer	6.594	209	350	4.703	168	-	-
Almeirim	600	27	144	-	220	70	-
Aveiro	300	300	20	6	-	2	-
Belterra	880	-	15	38	-	48	17
Curuá	60	-	-	-	-	-	-
Faro	117	-	28	-	-	-	-
Itaituba	2.200	200	22	21	9	5	7
Jacareacanga	220	4	12	-	-	-	-
Juruti	185	-	-	-	-	-	-
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	2.100	176	525	30.400	368	67	94
Novo Progresso	60	10	30	15	3	1	4
Óbidos	900	-	40	196	-	-	-
Oriximiná	266	-	23	56	30	-	-
Prainha	720	31	360	2.790	192	10	-
Rurópolis	2.000	1.299	10	7	-	20	-
Santarém	600	67	221	454	150	236	157
Terra Santa	54	-	-	-	-	-	-
Trairão	1.500	1.450	100	8	-	5	-

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

Figura 70: Agricultores a espera de transporte, vendo-se o produto ensacado em Monte Alegre (PA) – 1953.

Fonte: IBGE, 1953.



PERFIL DA QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA PERMANENTE NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

A variável quantidade produzida dos principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará, em 2019, mostra que a produção de banana (cacho) é presente em todos os municípios da região, com destaque para Aveiro, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão. O cacau é destaque em Rurópolis e Trairão. A maior produção de pimenta do reino está em Santarém.

Quadro 13: Quantidade produzida (Toneladas) dos principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará em 2019.

Unidade da Federação e Município	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Coco-da-baía	Limão	Mamão	Pimenta-do-reino	Tangerina
Alenquer	6.594	209	350	4.703	168	-	-
Almeirim	600	27	144	-	220	70	-
Aveiro	381.248	150	120	48	-	2	-
Belterra	880	-	15	38	-	48	17
Curuá	60	-	-	-	-	-	-
Faro	117	-	28	-	-	-	-
Itaituba	3.000	100	132	164	99	8	84
Jacareacanga	21.560	2	72	-	-	-	-
Juruti	185	-	-	-	-	-	-
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	2.100	176	525	30.400	368	67	94
Novo Progresso	420	10	120	225	36	2	40
Óbidos	900	-	40	196	-	-	-
Oriximiná	266	-	23	56	30	-	-
Prainha	720	31	360	2.790	192	10	-
Rurópolis	14.000	942	60	49	-	48	-
Santarém	600	67	221	454	150	236	157
Terra Santa	54	-	-	-	-	-	-
Trairão	10.500	725	590	128	-	8	-

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

Figura 71: Transporte de produção agrícola de várzea em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015.

PERFIL DA ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

A área colhida em hectares dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará em 2019 foram abacaxi, arroz, feijão, mandioca, melancia, milho e soja. A mandioca é a cultura temporária presente em todos os municípios pesquisados já a soja está presente nos municípios de Belterra, Novo Progresso, Rurópolis, Santarém e Trairão.

Quadro 14: Área colhida (em hectares) dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará em 2019.

Unidade da Federação e Município	Abacaxi	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Alenquer	12	450	460	7.700	75	3.000	-
Almeirim	60	-	50	180	7	100	-
Aveiro	10	60	130	1.500	60	400	-
Belterra	-	100	80	1.100	80	7.000	13.851
Curuá	5	5	18	60	80	80	-
Faro	5	-	-	250	11	5	-
Itaituba	24	50	820	1.000	100	800	-

Unidade da Federação e Município	Abacaxi	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Jacareacanga	9	600	137	2.000	80	85	-
Juruti	3	5	7	12.000	60	15	-
Mojuí dos Campos	-	-	-	-		-	-
Monte Alegre	10	80	1.700	4.000	100	9.000	-
Novo Progresso	10	2.000	7	1.000	15	4.000	12.500
Óbidos	15	30	40	20.000	200	700	-
Oriximiná	5	10	100	15.000	100	130	-
Prainha	20	390	-	1.800	60	1.900	-
Rurópolis	15	500	600	850	300	2.200	680
Santarém	7	800	145	4.000	100	13.000	15.530
Terra Santa	-	-	-	66	6	10	-
Trairão	25	2.000	1.450	3.900	170	2.200	800

Fonte: IBGE; SIDRA, 2020.

Figura 72: Plantação de juta nas margens do rio Amazonas em Óbidos, 1956.



Fonte: IBGE, 1956.

PERFIL DA QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

Quanto à variável quantidade produzida dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará, em 2019, a mandioca é a principal cultura em produção na região, seguida de melancia, milho e abacaxi, conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 15: Quantidade produzida (em toneladas) dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará em 2019.

Unidade da Federação e Município	Abacaxi	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Alenquer	252	743	276	115.500	1.875	7.500	-
Almeirim	1.680	-	36	2.160	175	146	-
Aveiro	150	72	94	15.000	720	520	-
Belterra	-	225	58	15.400	1.200	20.800	41.553
Curuá	50	4	11	720	1.360	56	-
Faro	40	-	-	2.000	165	4	-
Itaituba	720	80	532	20.000	2.000	1.176	-
Jacareacanga	180	720	84	27.000	1.760	68	-
Juruti	36	3	5	120.000	900	11	-
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	120	144	1.020	60.000	2.700	20.250	-
Novo Progresso	270	4.800	4	13.000	225	18.000	41.250
Óbidos	300	21	24	240.000	3.600	600	-
Oriximiná	125	7	68	180.000	1.800	117	-
Prainha	560	497	-	27.000	1.620	2.850	-
Rurópolis	113	1.160	360	12.750	3.750	4.107	918
Santarém	140	2.400	87	44.000	3.500	40.800	51.249
Terra Santa	-	-	-	648	90	7	-
Trairão	250	4.000	910	3.400	3.400	5.500	2.400

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

Figura 73: Financiamento do Basa ao agronegócio em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

PERFIL DA PRODUÇÃO DO EXTRATIVISMO NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

Segundo dados do IBGE, em 2019 os principais produtos do extrativismo nos municípios do Oeste do Pará que mais se destacaram, foram a madeira em tora, a castanha-do-pará e o açaí.

Quadro 16: Extrativismo nos municípios do Oeste do Pará – 2019.

Unidade da Federação e Município	Açaí (fruto) (T)	Castanha-do-pará (T)	Hevea (látex coagulado) (T)	Madeira em tora (m3)	Copaíba (óleo) (T)
Alenquer	30	495	45	33.600	0
Almeirim	120	200	-	54.203	-
Aveiro	21	4	-	94.200	0
Belterra	4	2	1	32.450	0
Curuá	60	68	-	14.741	0
Faro	6	70	-	23.350	0
Itaituba	10	4	-	42.711	0
Jacareacanga	22	4	-	48.200	0
Juruti	37	município	-	246.928	0

Unidade da Federação e Município	Açaí (fruto) (T)	Castanha-do-pará (T)	Hevea (látex coagulado) (T)	Madeira em tora (m³)	Copaíba (óleo) (T)
Mojú dos Campos	-	-	-	-	-
Monte Alegre	66	-	-	36.840	0
Novo Progresso	município	12	-	101.300	-
Óbidos	644	1.750	-	69.300	1
Oriximiná	112	2.000	-	25.000	7
Prainha	230	20	-	250.032	1
Rurópolis	8	23	-	21.150	-
Santarém	80	11	37	383.450	0
Terra Santa	5	120	-	19849	0
Trairão	5	5	-	37.600	-

Fonte: IBGE – SIDRA, 2020.

Figura 74: Casa de seringueiro em Belterra (PA) – 1953



Fonte: IBGE, 1953

Figura 75: Plantio racional de seringueira em Belterra



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

A implantação do cultivo da soja em Santarém no final da década de 1990 e posterior introdução nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos contribuíram para o desmatamento da floresta e expulsão de camponeses de suas terras, uma vez que, estes sujeitos passaram a serem pressionados pelos sojicultores para a venda de suas propriedades.

Santarém vem ao longo do tempo se consolidando como importante corredor da logística da produção agrícola globalizada do estado de Mato Grosso, que pressiona pela instalação de portos em Santarém como ocorre com o caso do Maicá.

RELATOS DA IMPLANTAÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM.

Ao longo de sua história desde a fundação da Aldeia Tapajós, por Felipe Bettendorf (1625-1698), em 1661, Santarém vem passando por diversos ciclos econômicos. O mais recente está ligado ao agronegócio da soja implantado no município em fins da década de 1990.

Este *modelo de desenvolvimento* visa a transformar Santarém em produtor e corredor de escoamento da produção de grãos provenientes do estado de Mato Grosso.

O FATOR POLÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM.

A eleição para o governo paraense de Almir Gabriel (1995-1998) foi o responsável pela implantação de um projeto de gestão do Estado do Pará, que foi batizado de programa Novo Pará. Este projeto descrito no Plano Plurianual (PPA) visava inserir o estado do Pará na rota do *desenvolvimento* e da globalização econômica. Em análise do PPA (1996-1999) a gestão de Almir Gabriel foi responsável pela introdução da soja nos pólos de Santarém, Paragominas, Ulianópolis etc.

No plano municipal de Santarém, a gestão do prefeito Lira Maia (1995-1998) criou mecanismos para incentivar a estruturação do pólo de soja, bem como a instalação da empresa graneleira norte americana Cargill na orla de Santarém, fato até a presente data contestada pela Procuradoria da República no Pará.

Figura 76: Área de agricultura de soja em Santarém



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Com o êxito do resultado da primeira safra de soja, o prefeito Lira Maia, passou a divulgar as potencialidades agrícolas das terras de Santarém, inclusive organizando comitativas de técnicos e políticos que passaram a percorrer diversos estados e organizações de classes ligadas ao setor do agronegócio da soja no Brasil. Com a instalação da Cargill muitos produtores principalmente de Mato Grosso passaram a investir nas terras do planalto santareno, pois a empresa graneleira Cargill passou a financiar a produção e compra de médios produtores na região do planalto santareno.

O FATOR TÉCNICO DA IMPLANTAÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM.

Estudos realizados mediante convenio na gestão do prefeito Ruy Correa (1993-1996) com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no contexto do Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (PRIMAZ), revelou a existência de 600.000 hectares de áreas alteradas no município de Santarém, que poderiam ser destinadas à produção agrícola sem a necessidade de promover desmatamento (SENA, 2017).

Em 1996 o produtor santareno Francisco Quincó, instalou um projeto piloto em sua propriedade localizada na Serra do Diamantino com várias espécies de soja. Inicialmente o resultado não obteve êxito. Mediante intervenção do governo do Pará, que visava à implantação de um polo de soja na região, a empresa Agrária – Engenharia e Consultoria S/A foi contratada para auxiliar na seleção de novas variedades de mudas no projeto do grupo Quincó. A primeira safra de soja em Santarém ocorreu em 1997 com um total de 165 toneladas, que foram exportadas para a Holanda (SENA, 2017; PAIXÃO JÚNIOR, 2013; BARROS, 2017).

Figura 77: Maquinas em exposição na feira agropecuária em Santarém



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

O FATOR ESPACIAL DA IMPLANTAÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM

O terceiro fator importante para a instalação da soja em Santarém foi o ligado a questão espacial. A cidade faz conexão com a rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), dispondo de calado para atracação de navios capazes de transportar a produção para os mercados consumidores da Ásia, América do Norte e Europa. Desta forma, o fator espacial transforma Santarém em um importante ponto para a instalação de portos de escoamento capaz de receber parte da produção de grãos do estado de Mato Grosso. No entanto por possuir um movimento social bastante organizado e combativo muitos dos projetos da *agenda de desenvolvimento* da logística do agronegócio de soja não foram concretizados na cidade.

A implantação da soja no município de Santarém está relacionado a uma série de fatores que contribuíram de maneira determinante para a instalação desta lavoura no município em questão. Sem dúvida que o *fator político* foi decisivo para a implantação desta lavoura em Santarém, pois tanto no que se refere ao estadual (Governador Almir Gabriel), quanto municipal (Prefeito Lira Maia) contribuíram para criar as condições políticas para a viabilização desta lavoura. Adicionalmente os *fatores técnicos e espacial* somaram-se aos fatores políticos para implantação da soja em Santarém.

Ao longo da PA 370, em Santarém, existem um conjunto de assentamentos estaduais, federais, território quilombolas. Os assentamentos estaduais criados ao longo da PA 370 sob controle do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), começaram a ser criados no final da década de 1960 no contexto de abertura da rodovia. Estes assentamentos na atualidade constituem as comunidades de Curupira; Boa Esperança; Volta Grande; Paxiúba; Planalto Fé em Deus; Guaraná; Henrique Mendes e Pinha-Una.

Ao longo da PA 370 e seus inúmeros ramais existem diversos assentamentos federais sob controle do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como os assentamentos Tapera Velha, Ituqui, Bueru e Corta Corda, além do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Renascer II. Ao longo da PA 370 está localizado o PA Corta Corda, onde existem várias comunidades como Cícero Mendes, Bom Futuro, Bela Vista.

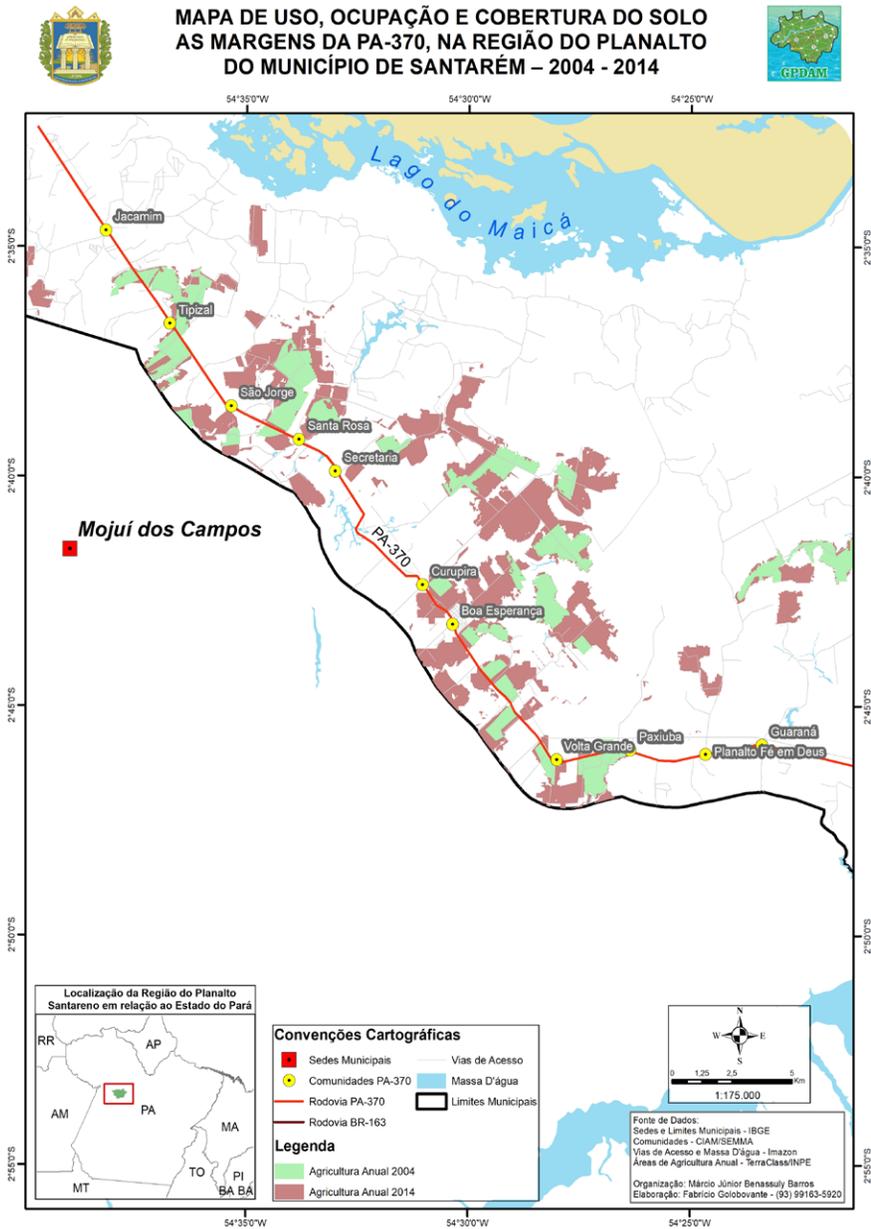
Nesta região do planalto Santareno temos a existência de territórios quilombolas homologados como a comunidade de Bom Jardim, bem como territórios quilombolas não homologados como as comunidades de Murumurutuba, Murumuru e Tiningú.

Ao longo da PA 370 temos a confirmação da existência da presença de agricultura empresarial onde são cultivadas culturas agrícolas com destaque

para a soja, arroz e milho. Dados de imagens de satélites mostram o avanço da agricultura empresarial nas comunidades de: Tipitizal; Poço das Antas; São Jorge; Santa Rosa; Novo Império; Curupira; Boa Esperança; Volta Grande; Planalto Fé em Deus; Paxiúba e Guaraná.

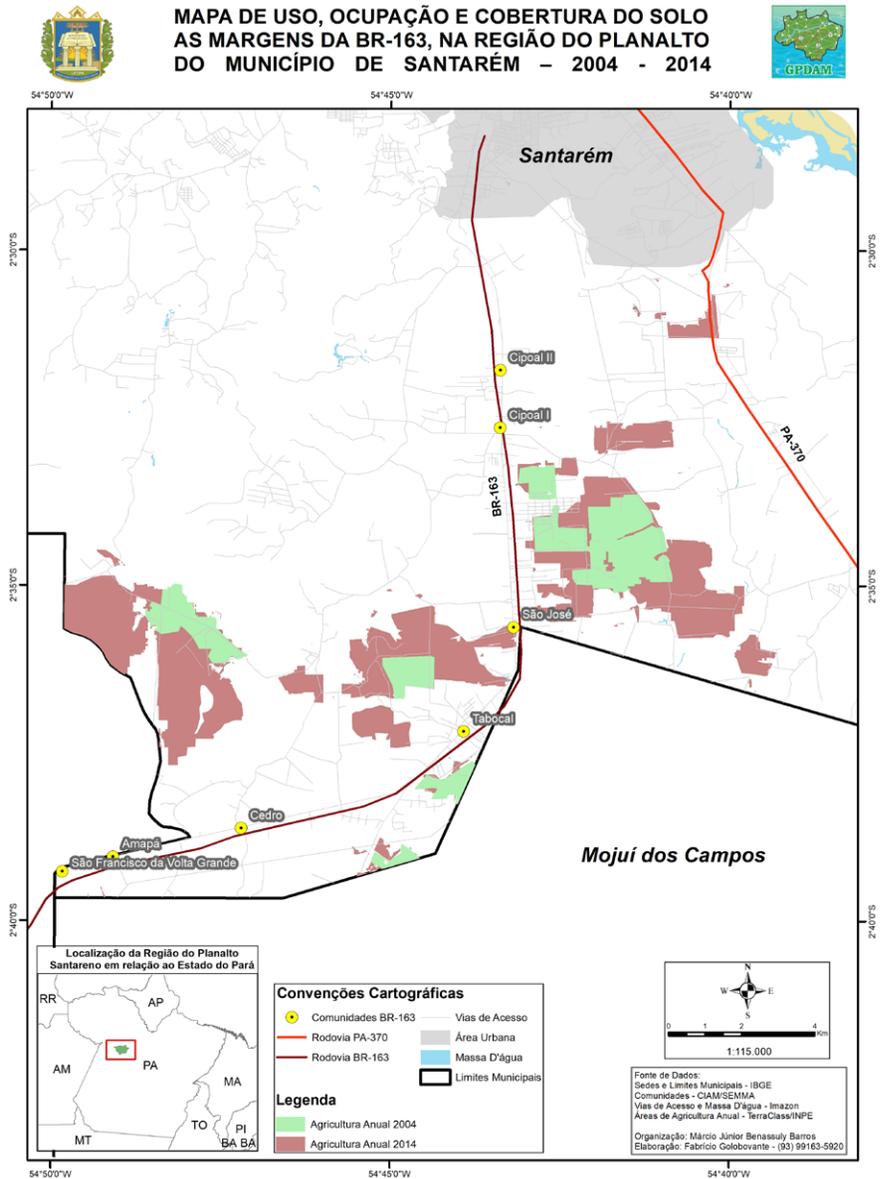
Com a introdução do plantio de soja em Santarém, no final da década de 1990, as terras localizadas no planalto santareno passam a ser objetos de disputa entre os empresários ligados à agricultura moderna da soja e os pequenos agricultores locais.

Figura 78: Uso, ocupação e cobertura do solo na PA 370 em Santarém entre 2004-2014



Fonte: Márcio Benassuly, 2020

Figura 79: Uso, ocupação e cobertura do solo na BR 163 em Santarém entre 2004-2014



Fonte: Márcio Benassuly, 2020

Este processo de transformações na atualidade está presente em diversas comunidades localizadas em todo o planalto santareno, como ao longo da PA 370 (Rodovia Santarém\Curuá-Una), onde está localizada a comunidade de Boa Esperança, que teve alterada seu cotidiano em 2002 (SANTOS, 2012), com a chegada dos empresários ligados à produção de grãos de soja. A chegada destes novos personagens na comunidade promove uma profunda alteração na dinâmica sócio-econômica-territorial, pois é responsável pela introdução de uma lógica ligada a uma agricultura moderna, que utiliza grandes recursos de capital, tecnologia e trabalho mecanizado.

A introdução da soja em Santarém ocorre no final da década de 1990 por meio de ações de políticas agropecuárias do governo do estado do Pará e da prefeitura municipal de Santarém:

A expansão da monocultura de soja no estado do Pará contou com incentivos dos governos, que forneceram tecnologia, financiamento e infra-estrutura. O governo paraense e instituições federais, como a Embrapa/Amazônia Oriental, forneceram as bases tecnológicas para seu desenvolvimento. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado fazendas e processadoras de grãos em Santarém (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p.76).

A implantação da soja em Santarém foi responsável por um conjunto de transformações na estrutura agrária das propriedades existentes no município, implicando a compra de lotes camponeses por parte dos sojicultores e o desaparecimento de muitas comunidades:

No final de 2003, o Sindicato de Trabalhadores de Santarém (STTR) contabilizou a saída de 500 famílias do campo e, atualmente, calcula-se que esse número tenha triplicado. As comunidades do Paca e do Prata já desapareceram. A comunidade Boa Esperança, importante na produção de farinha de mandioca, também está em processo de desaparecimento, assim como açaiçal, que tinha 45 famílias e atualmente tem apenas sete (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 83).

As mudanças com a chegada de produtores de soja em Santarém foi intensa, implicando a venda e conseqüentemente mudança para cidades da região norte, periferia de Santarém ou para locais onde o peço da terra era mais baixo:

Chegando em Santarém, os produtores compraram áreas planas de fazendeiros e pequenos produtores, provocando saída de população do campo para bairros populares na cidade de Santarém. A mudança foi tão brusca que em algumas áreas com plantio de soja, que foram fechadas escolas relativamente novas na zona rural por falta de alunos (HOEFLE, 2013, p. 66).

A chegada do agronegócio globalizado da soja em Santarém tem provocado uma série de dinâmicas no uso e ocupação da terra com destaque para a região da PA 370 (Rodovia Santarém\Curuá-Una) e da BR 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém). Ao longo da PA 370 diversas comunidades foram afetadas com a chegada de produtores de grãos do Centro-Sul do Brasil que implantaram um modelo de produção agrícola em grandes escala como a que foi implantada no entorno da comunidade de Boa Esperança localizada no quilômetro 42 desta rodovia.

Esta nova situação implicou em profundas mudanças alterando de maneira definitiva a produção agrícola desta comunidade. Até a introdução do cultivo da soja na comunidade de Boa Esperança em 2002 havia uma produção agrícola diversificada que inclui mandioca, arroz, pimenta do reino, laranja, café (SANTOS, 2012). Após a introdução do plantio da soja a comunidade transformou-se em grande produtora agrícola de grãos como a soja, arroz e milho, realidade esta que vem contribuindo para a exclusão dos pequenos agricultores e camponeses que se veem obrigados a vender ou a arrendar suas terras para os grandes produtores de soja. Este processo tem contribuído para ampliar a concentração fundiária e da renda na região da PA 370.

O Banco da Amazônia tem sido um grande agente de financiamento do plantio de soja em Santarém, com ações de fomento na produção destinado a sojicultores.

Figura 80: Plantio de milho na comunidade tipizal, Santarém



Fonte: Márcio Benassuly, 2018.

Neste capítulo procuramos analisar a ocupação e o uso de agrícola do território no Oeste do Pará tendo como ênfase as lavouras temporárias e permanentes existentes nos municípios da região.



5 OCUPAÇÃO E USO TRADICIONAL DO TERRITÓRIO NO OESTE DO PARÁ

Este capítulo tem como objetivo analisar as dinâmicas da ocupação e o uso tradicional do território no Oeste do Pará, com destaque para a presença de assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas presentes nos municípios da região.

DIMENSÕES DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

No Oeste do Pará, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de 31 de dezembro 2017, informa a existência de assentamentos da reforma agrária em dezessete municípios, apenas Almeirim e Mojuí dos Campos não foram registrados a existência de assentamentos. Existem projetos de competência federal e estadual com predominância para os federais na região sob gestão do INCRA. Quanto às famílias assentadas, o Projeto de Assentamento Agro-extrativista Lago Grande, em Santarém, possuía a maior quantidade de beneficiários assentados com um total de 5.595 famílias.

Já o PAE Acara-Açu, em Prainha, PEAEX Vista Alegre e PEAEX Mariazinha Aracati, ambos em Santarém, possuíam a menor quantidade de beneficiários assentados com apenas onze famílias assentadas.

Quanto às datas de criação existem assentamentos da reforma agrária antigos que foi criado no início do século XX, como por exemplo o Projeto Integrado de Colonização Monte Alegre (PIC Monte Alegre), fundado em 1.º de janeiro de 1927, e projetos mais recentes, como o PAE Montanha e Mangabal, em Trairão, criado em 03 de setembro de 2013.

Quadro 17: Assentamentos da reforma agrária nos municípios do Oeste do Pará, em 31/12/2017

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Alenquer	PA Novo Horizonte	149	149	12/05/1987
	PA Especial Quilombola Pacoval	265	210	18/11/1996
	PA Campos de Pilar	85	84	23/12/1998
	PA Miriti	230	202	10/10/2005
	PA Curumu	180	163	10/11/2005
	PA Camburão I	230	178	10/11/2005
	PA Camburão II	150	139	23/11/2005
	PA Porão	105	47	23/11/2005
	PAE Missionário Rufino	100	73	28/11/2005
	PDS Paraíso	800	572	28/12/2005
	PAE Salvação	130	126	20/10/2006
	PAE Atumã	500	474	23/10/2006
Aveiro	PIC Itaituba	15.551	2.494	19/05/1978
	PA Cristalino	193	189	02/09/1992
	PA Rio Cupari	380	323	05/02/1996
	PA Tapajós	250	238	29/02/1996
	PA Cristalino II	116	112	30/10/1997
	Flona Tapajós	1.100	1.048	22/09/2004
	PA Urucurituba	200	196	22/11/2005
	PA Santa Cruz	300	293	22/11/2005
	PA Daniel de Carvalho	300	297	22/11/2005
	PA Brasília Legal	400	176	22/11/2005
PDS Mário Braule Pinto da Silva	100	91	05/10/2006	
Belterra	PAC Bela Terra I	280	240	21/11/2006
	PAC Bela Terra II	270	242	21/11/2006
	PAE Aramanáí	181	180	19/12/2006
	PAE Pindobal	230	164	19/12/2006

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Faro	Flona Sacará-Taquera	300	296	13/12/2004
	PA Itaquera I	300	206	20/12/2005
Curuá	PAE Vale do Salgado	280	215	28/11/2005
	PDS Maloca	600	315	28/11/2005
	PAE Madalena	500	487	08/11/2006
	PAE São Pedro	150	60	24/11/2006
Itaituba	PA Miritituba	336	320	05/06/1998
	PA Ypiranga	439	261	14/12/1998
	PA São Benedito	171	170	29/10/1999
	PDS Nova União	150	146	05/10/2006
	PA Arixi	103	103	05/10/2006
	PDS Nova Brasília II	60	59	21/11/2006
Jacareacanga	PA Jacaré	280	279	22/12/1997
	PDS Laranjal	350	260	27/12/2006
Juruti	PA Socó I	400	369	22/12/1997
	PA Nova Esperança	90	90	10/11/1998
	PAE Juruti Velho	1998	1994	10/11/2005
	PAE Parana Dona Rosa	330	185	13/12/2006
	PAE Santa Rita	150	147	13/12/2006
	PAE Valha-me Deus	200	109	13/12/2006
	PAE Salé	350	334	13/12/2006
	PAE Balaio	210	118	13/12/2006
	PEAEX Curumucuri	1762	1754	01/07/2010
	PEAEX Prudente Monte Sinai	51	51	05/12/2011
Monte Alegre	PIC Monte Alegre	3649	87	01/01/1927
	PA Campos do Popó	185	181	03/09/1999
	PDS Serra Azul	274	261	19/10/2005
	PA Maripá	650	591	10/11/2005
	PA Baixão	110	106	10/11/2005
	PA Moriçoca	100	68	10/11/2005
	PA Vai Quem Quer	140	149	10/11/2005

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Monte Alegre	PA Terra Preta e Olho d'água	150	116	10/11/2005
	PA Cristo Rei	115	93	19/12/2005
	PAE Cuçaru	220	219	13/10/2006
	PAE Nazaré	180	180	13/10/2006
	PAE Curralinho	40	37	06/10/2006
	PAE Cuieiras	120	92	13/10/2006
	PAE Costa do Amazonas	160	151	13/10/2006
	PAE Piapó	42	40	17/10/2006
	PAE São Diogo	220	220	17/10/2006
	PAC Nova Altamira	80	79	23/10/2006
	PAC Cauçube Balança	80	79	23/11/2006
	PAE Paituna	180	144	12/12/2006
	PAE Região dos Lagos	220	199	12/12/2006
	PAE Jacarecapá	280	210	27/12/2006
	PAE Jaquará	200	200	27/12/2006
	PAE Aldeia	300	298	27/12/2006
Novo Progresso	PA Nova Fronteira	205	205	30/05/1996
	PA Santa Júlia	300	297	07/10/1997
	PDS Vale do Jamanxim	800	411	12/12/2005
	PDS Nelson de Oliveira	50	47	06/06/2006
Óbidos	PA Cruzeirão	450	299	22/12/1997
	PA Especial Quilombola área Das Cabeceiras	796	796	25/10/2001
	PA repartimento	200	126	20/12/2005
	PA Mamuru	400	221	20/12/2005
	PA Curumu II	420	382	20/12/2005
	PA Cipoal	370	174	20/12/2005
	PA Vale do Açai	300	260	20/12/2005
	PAE Parana de Baixo	320	300	24/11/2006
PAE Tres Ilhas	200	194	24/11/2006	

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Óbidos	PAE Maria Tereza	100	43	24/11/2006
	PAE Costa Fronteira	512	511	24/11/2006
	PAE Paru	160	43	24/11/2006
	PAE Cacoal Grande	200	145	24/11/2006
Oriximiná	PA Especial Quilombola Boa Vista	162	102	24/11/2006
	PA Especial Quilombola Água Fria	22	12	18/11/1996
	PA Especial Quilombola área Trombetas	188	130	19/05/1998
	PA Trajap	160	145	17/12/1998
	PA Especial Quilombola Erepecurú	234	136	06/09/1999
	PA área Cuminá e Trombetas	450	448	14/12/2001
	PA Acomec	230	382	29/12/2005
	PAC Ananizal	50	38	15/12/2006
	PAC Itapecuru	80	78	15/12/2006
	PAC Iripixi	50	50	15/12/2006
	PAC Monte Muria	80	80	15/12/2006
	PAE Nhamunda	500	474	19/12/2006
	PAE Cachoery	500	283	19/12/2006
	PAE Sapucua Trombetas	811	785	05/02/2010
Prainha	PA Curuá	975	750	27/12/2005
	PAE Região do Cuçari	250	161	05/10/2005
	PAE Ilhas Reunidas	120	117	13/10/2006
	PAE Pacoval/Pracobal	100	73	13/10/2006
	PAE Igarape do Cuçari	50	41	13/10/2006
	PAE Acara-Açu	50	11	12/12/2006
	PAE Chicantã	100	84	27/12/2006

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Prainha	PAE Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	100	66	27/12/2006
	PAE Anema	50	0	27/12/2006
	PAE Curuá II	228	202	20/10/2009
	Resex Renascer	800	518	14/12/2010
Rurópolis	PA Campo Verde	265	258	29/02/1996
	PA Paraíso	645	512	15/12/1997
	PDS Cupari	270	267	13/12/2004
	PDS Divinópolis	270	265	13/12/2004
	PDS Novo Mundo	260	256	13/12/2004
	PAC Arajacupu	410	361	21/11/2006
Santarém	PA Ituqui	283	282	17/09/1987
	Resex - Tapajós/Arapians	4572	4437	23/10/2003
	PA Moju I e II	1590	1573	18/11/1996
	PA Bueru	53	53	04/08/1998
	PA Tapera Velha	253	251	14/12/1998
	PA Corta Corda	468	460	19/11/1997
	PDS Igarapé do Anta e Curuá Una	40	37	12/09/2001
	PAE Lago Grande	5600	5595	28/11/2005
	PAE Eixo Forte	1400	1385	20/12/2005
	PDS Renascer II	360	328	28/12/2005
	PAE Aritapera	750	748	13/10/2006
	PAE Urucurituba	500	475	20/10/2006
	PAE Tapará	850	848	08/11/2006
	PAE Ituqui	420	314	22/12/2006
	PAC Bom Sossego	1000	836	27/12/2006
	PAE Ponta Negra	400	0	27/12/2006
	PEAEX Arua	36	27	16/10/2009
	PEAEX Vista Alegre	33	11	16/10/2009
	PEAS Repartimento	33	26	03/12/2010
	PEAEX Mariazinha Aracati	22	11	03/12/2010
Terra Santa	PA Jamary	400	399	19/12/2005
	PA Vira Volta	120	79	29/12/2005

Municípios	Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
Trairão	PA Areia	280	274	14/12/1998
	PDS Esperança do Trairão	350	347	05/10/2006
	PA Nossa Senhora de Fátima	60	59	21/11/2006
	PA Rio Cigano	22	19	21/11/2006
	PDS Boa Vista do Caracol	100	90	23/11/2006
	PDS Pimental	200	174	27/12/2006
	PAE Montanha e Mangabal	100	67	03/09/2013

Fonte: INCRA/ Santarém - SR 30, 2019.

Figura 81: Casa construída pelo Projeto Integrado de Colonização em Itaituba.



Fonte: SUDAM, 1974.

O município de *Alenquer* segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía doze projetos de assentamentos federais em seu território, sendo oito PA, três PAE, um PDS, conforme quadro seguinte.

Quadro 18: Assentamentos federais no município de Alenquer, em 31/12/2017-2018.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Camburão I	178	10/11/2005
PA Camburão II	139	23/11/2005
PA Campos de Pilar	84	23/12/1998
PA Curumu	163	10/11/2005
PAE Atumã	474	23/10/2006
PAE Missionário Rufino	73	28/11/2005
PAE Salvação	126	20/10/2006
PA Especial Quilombola Pacoval	210	18/11/1996
PA Miriti	202	10/10/2005
PA Novo Horizonte	149	12/05/1997
PA Porão	47	23/11/2005
PDS Paraíso	572	28/12/2005

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Belterra* segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía 4 projetos de assentamentos federais em seu território, sendo dois PAC e dois PAE, conforme quadro seguinte.

Quadro 19: Assentamentos federais no município de Belterra, em 31/12/2017.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PAC Bela Terra I	240	21/11/2006
PAC Bela Terra II	242	21/11/2006
PAE Aramanaí	180	19/12/2006
PAE Pindobal	164	19/12/2006

Fonte: INCRA, 2017.

Figura 82: Casa 1 construída em Belterra para receber Henry Ford.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Figura 83: Casa da vila viveiros em Belterra.



Fonte: Márcio Benassuly, 2016.

O município de *Curuá* segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía quatro projetos de assentamentos federais em seu território, sendo três PAE e um PDS, conforme quadro seguinte.

Quadro 20: Assentamentos federais no município de Curuá em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da criação
PAE Madalena	487	08/11/2006
PAE São Pedro	60	24/11/2006
PAE Vale do Salgado	215	28/11/2005
PDS Maloca	315	28/11/2005

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Faro*, segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía dois projetos de assentamentos federais em seu território, sendo uma FLONA e um PA, conforme quadro seguinte.

Quadro 21: Assentamentos federais no município de Faro, em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
FLONA Saracá - Taquera	296	13/12/2004
PA Itaquera I	206	20/12/2005

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Juruti* segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía dez projetos de assentamentos federais em seu território, sendo dois PA, seis PAE, dois PEAEX conforme quadro seguinte.

Quadro 22: Assentamentos federais no município de Juruti, em 31/12/2017 2018.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Socó I	369	22/12/1997
PA Nova Esperança	90	10/11/1998
PAE Juruti Velho	1994	10/11/2005
PAE Paraná Dona Rosa	185	13/12/2006
PAE Santa Rita	147	13/12/2006
PAE Valha-Me-Deus	109	13/12/2006
PAE Salé	334	13/12/2006
PAE Balaio	118	13/12/2006
PEAEX Curumucuri	1754	01/07/2010
PEAEX Prudente Monte Sinai	51	05/12/2011

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Monte Alegre* segundo dados do INCRA (31/12/2017) possuía vinte e três projetos de assentamentos federais em seu território, sendo oito PA, um PAC, doze PAE, um PDS e um PIC, conforme quadro seguinte.

Quadro 23: Assentamentos federais no município de Monte Alegre 31/12/2017.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Baixão	106	10/11/2005
PA Campos do Popó	181	03/09/1999
PAC Cauçu e Balança	79	23/11/2006
PA Nova Altamira	79	23/11/2006
PA Cristo Rei	93	19/12/2005
PAE Aldeia	298	27/12/2006
PAE Costa do Amazonas	151	13/10/2006
PAE Cuçaru	219	13/10/2006
PAE Cuieiras	92	13/10/2006
PAE Curalinho	37	06/10/2006
PAE Jacarecapá	210	27/12/2006
PAE Jaquará	200	27/12/2006
PAE Nazaré	180	13/10/2006
PAE Paituna	144	12/12/2006
PAE Piapó	40	17/10/2006
PAE Região dos Lagos	199	12/12/2006
PAE São Diego	220	17/10/2006
PA Maripá	591	10/11/2005
PA Moriçoca	68	10/11/2005
PA Terra Preta e Olho d'aguá	149	10/11/2005
PA Vai Quem Quer	149	10/11/2005
PDS Serra Azul	261	19/10/2005
PIC Monte Alegre	87	01/01/1927

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Óbidos*, segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía treze projetos de assentamentos federais em seu território, sendo seis PA e sete PAE, conforme quadro seguinte.



Figura 84: Estrada da colônia agrícola nacional em Monte Alegre – 1955.

Fonte: IBGE, 1955

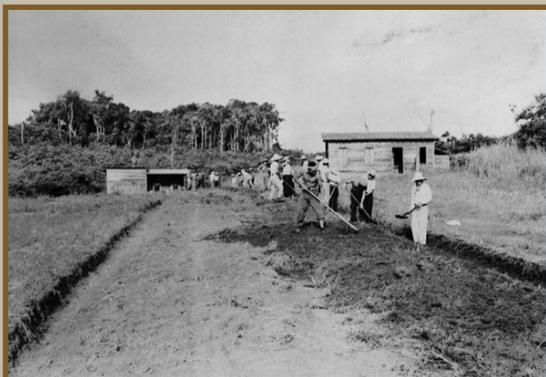


Figura 85: Japoneses construindo estradas em Monte Alegre (PA) – 1953.

Fonte: IBGE, 1953



Figura 86: Plantação na colônia japonesa em Monte Alegre (PA) – jun. 1953.

Fonte: IBGE, jun. 1953

Quadro 24: Assentamentos federais no município de Óbidos, em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Cipoal	174	20/12/2005
PA Cruzeiroão	299	22/12/1997
PA Curumu II	382	20/12/2005
PAE Cacoal Grande	145	24/11/2006
PAE Costa Fronteira	511	24/11/2006
PAE Maria Tereza	43	24/11/2006
PAE Paraná de Baixo	300	24/11/2006
PAE Paru	43	24/11/2006
PAE Especial Quilombola Áreas das Cabeceiras	789	25/10/2001
PAE Três ilhas	194	24/11/2006
PA Mamuru	221	20/12/2005
PA Repartimento	126	20/12/2005
PA Vale do Açáí	260	20/12/2005

Fonte: INCRA, 2017

O município de Oriximiná, segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía quatorze projetos de assentamentos federais em seu território, sendo oito PA, três PAC, três PAE, conforme quadro seguinte.

Quadro 25: Assentamentos federais no município de Oriximiná em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Acomec	382	29/12/2009
PA Área Cuminá e Trombetas	448	14/12/2001
PA Ananizal	38	15/12/2006
PAC Iripixi	50	15/12/2006
PAC Itapecuru	78	15/12/2006
PAC Monte Muria	80	15/12/2006
PAE Cachoery	283	19/12/2006
PAE Nhamunda	474	19/12/2006
PA Especial Quilombola Água Fria	12	18/11/1996
PA Especial Quilombola Área Trombetas	130	19/05/1998
PA Especial Quilombola Boa Vista	102	24/11/1995
PA Especial Quilombola Erepecurú	136	06/09/1999
PA Trajap	145	17/12/1998
PAE Sapucua - Trombetas	785	05/02/2010

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Prainha*, segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía onze projetos de assentamentos federais em seu território, sendo um PA, nove PAE e um RESEX, conforme quadro seguinte.

Quadro 26: Assentamentos federais no município de Prainha, em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Curuá	750	27/12/2005
PAE Acara- Açú	11	12/12/2006
PAE Anema	0	27/12/2006
PAE Chicantã	84	27/12/2006
PAE Igarapé do Cuçari	41	13/10/2006
PAE Ilhas Reunidas	117	13/10/2006
PAE Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	66	27/12/2006
PAE Pacoval/Pracobal	73	13/10/2006
PAE Região do Cuçari	161	05/10/2006
PAE Curuá II	202	20/10/2009
RESEX Renascer	518	14/12/2010

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Santarém* segundo dados do INCRA (31/12/2017) possuía 20 projetos de assentamentos federais em seu território, sendo cinco PA, um PAC, sete PAE, dois PDS e uma RESEX, um PEAS, Três PEAEX, conforme quadro seguinte.

Quadro 27: Assentamentos federais no município de Santarém, em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PEAEX Aruã	27	16/10/2009
PEAEX Mariazinha Aracati	11	03/12/2010
PA Bueru	53	04/08/1998
PAC Bom Sossego	836	27/12/2006
PA Corta Corda	460	19/11/1997
PAE Aritapera	748	13/10/2006
PAE Eixo Forte	1.385	20/12/2005
PAE Ituqui	314	22/12/2006
PAE Lago Grande	5.595	28/11/2005
PAE Ponta Negra	0	27/12/2006
PAE Tapará	848	08/11/2006
PAE Urucurituba	475	20/10/2006

PA Ituqui	282	17/09/1987
PA Moju I e II	1.573	18/11/1996
PA Tapera Velha	251	14/12/1998
PDS Igarapé do Anta e Curuá Una	37	12/09/2001
PDS Renascer II	328	28/12/2005
PEAS Repartimento	26	03/12/2010
RESEX – Tapajós Arapiuns	4.437	23/10/2003
PEAEX Vista Alegre	11	16/10/2009

Fonte: INCRA, 2017.

O município de *Terra Santa*, segundo dados do INCRA (31/12/2017), possuía dois projetos de assentamentos federais em seu território, sendo os dois PA, conforme quadro seguinte.

Quadro 28: Assentamentos federais no município de Terra Santa em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da criação
PA Jamarý	399	19/12/2005
PA Vira Volta	79	29/12/2005

Fonte: INCRA, 2017.

Como podemos constatar nos municípios do Oeste do Pará encontramos diversos assentamentos da reforma agrária criados pelo INCRA para atender populações que reivindicam terras para morar e produzir. Na sequência passamos para a análise das unidades de conservação no Oeste do Pará.

DIMENSÕES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

O território do Oeste do Pará abriga unidades de conservação (UC) federal, estadual e municipal em dezessete municípios, apenas em Mojuí dos Campos não se registra a presença de UC. A maioria das UC são federais e estaduais. Apenas em Juruti e Santarém existem unidades de conservação municipais. O município de Itaituba apresenta a maior quantidade de UC entre os municípios da região com onze unidades federais. Em Trairão são seis unidades federais. Em Óbidos existem apenas unidades de conservação estaduais, conforme podemos verificar com mais detalhes no quadro seguinte.

Quadro 29: Unidades de conservação nos municípios do Oeste do Tapajós, Pará – 2021

Municípios	Unidade de conservação	Esfera governamental	Municípios abrangidos
Alenquer	Floresta Nacional de Mulata	Federal	Alenquer (PA), Monte Alegre (PA)
	Floresta Estadual do Paru	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Floresta Estadual do Trombetas	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Estação Ecológica do Grão Pará	Estadual	Oriximiná (PA), Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Alenquer (PA)
Almeirim	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	Almeirim (PA), Laranjal do Jari (AP), Serra do Navio (AP), Oiapoque (AP), Calçoene (AP)
	Floresta Estadual do Paru	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Estação Ecológica do Jari	Estadual	Almeirim (PA), Laranjal do Jari (AP)
	Floresta Estadual do Trombetas	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Reserva Biológica de Maicuru	Estadual	Monte Alegre (PA), Almeirim (PA)
Aveiro	Floresta Nacional do Tapajós	Federal	Placas (PA), Rurópolis (PA), Belterra (PA), Aveiro (PA)
	Parque Nacional da Amazônia	Federal	Maués (AM), Itaituba (PA), Aveiro (PA)
Belterra	Floresta Nacional de Tapajós	Federal	Placas (PA), Rurópolis (PA), Belterra (PA), Aveiro (PA)
Faro	Floresta Nacional de Saracá - Taquera	Federal	Faro (PA), Oriximiná (PA), Terra Santa (PA)
	Floresta Estadual de Faro	Estadual	Oriximiná (PA), Faro (PA)

Itaituba	Floresta Nacional Altamira	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional de Itaituba I	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional de Itaituba II	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Parque Nacional da Amazônia	Federal	Maués (AM), Itaituba (PA), Aveiro (PA)
	Parque Nacional do Rio Novo	Federal	Novo Progresso (PA), Itaituba (PA)
	Floresta Nacional do Trairão	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Rurópolis (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional do Jamanxim	Federal	Itaituba (PA), Novo Progresso (PA)
	Parque Nacional do Jamanxim	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Área de Proteção Ambiental do Tapajós	Federal	Trairão (PA), Novo Progresso (PA), Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)
	Floresta Nacional de Crepori	Federal	Itaituba (PA), Jacareacanga (PA)
	Floresta Nacional do Amaná	Federal	Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)
	Jacareacanga	Área de Proteção Ambiental do Tapajós	Federal
Floresta Nacional de Crepori		Federal	Itaituba (PA), Jacareacanga (PA)
Floresta Nacional do Amaná		Federal	Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)
Juruti	Refúgio de Vida Silvestre Lago Mole	Municipal	Juruti (PA)
Monte Alegre	Floresta Nacional de Mulata	Federal	Alenquer (PA), Monte Alegre (PA)
	Floresta Estadual do Paru	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Floresta Estadual do Trombetas	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)

Monte Alegre	Área de Proteção Ambiental Paytuna	Estadual	Monte Alegre (PA)
	Parque Estadual de Monte Alegre	Estadual	Monte Alegre (PA)
	Reserva Biológica de Maicuru	Estadual	Monte Alegre (PA), Almeirim (PA)
	Estação Ecológica do Grão Pará	Estadual	Oriximiná (PA), Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Alenquer (PA)
Novo Progresso	Reserva Biológica Nascentes Serra do Cachimbo	Federal	Altamira (PA) e Novo Progresso (PA)
	Parque Nacional do Rio Novo	Federal	Novo Progresso (PA), Itaituba (PA)
	Floresta Nacional do Jamanxim	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Área de Proteção Ambiental do Tapajós	Federal	Trairão (PA), Novo Progresso (PA), Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)
Óbidos	Floresta Estadual do Paru	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Floresta Estadual do Trombetas	Estadual	Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Almeirim (PA), Alenquer (PA)
	Estação Ecológica do Grão Pará	Estadual	Oriximiná (PA), Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Alenquer (PA)
Oriximiná	Floresta Nacional de Saracá-Taquera	Federal	Faro (PA), Oriximiná (PA), Terra Santa (PA)
	Floresta Estadual de Faro	Estadual	Oriximiná (PA), Faro (PA)
	Reserva Biológica do Rio Trombetas	Estadual	Oriximiná (PA)
	Estação Ecológica do Grão Pará	Estadual	Oriximiná (PA), Óbidos (PA), Monte Alegre (PA), Alenquer (PA)
Prainha	Reserva Extrativista Renascer	Federal	Prainha (PA)
Rurópolis	Floresta Nacional de Tapajós	Federal	Placas (PA), Rurópolis (PA), Belterra (PA), Aveiro (PA)
	Floresta Nacional do Trairão	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Rurópolis (PA), Trairão (PA)

Santarém	Reserva Extrativista Tapajós Arapiúns	Federal	Santarém (PA)
	Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão	Municipal	Santarém (PA)
	Área de Proteção Ambiental da Serra do Saubal	Municipal	Santarém (PA)
	Área de Proteção Ambiental do Juá	Municipal	Santarém (PA)
Terra Santa	Floresta Nacional de Saracá-Taquera	Federal	Faro (PA), Oriximiná (PA), Terra Santa (PA)
Trairão	Floresta Nacional Altamira	Federal	Altamira, Itaituba e Trairão.
	Floresta Nacional de Itaituba I	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional de Itaituba II	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional do Trairão	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Rurópolis (PA), Trairão (PA)
	Floresta Nacional do Jamaxim	Federal	Itaituba (PA), Novo Progresso (PA)
	Área de Proteção Ambiental do Tapajós	Federal	Trairão (PA), Novo Progresso (PA), Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)

Fonte: MMA-CNUC, 2021

Figura 87: Rio Amazonas em Almeirim.



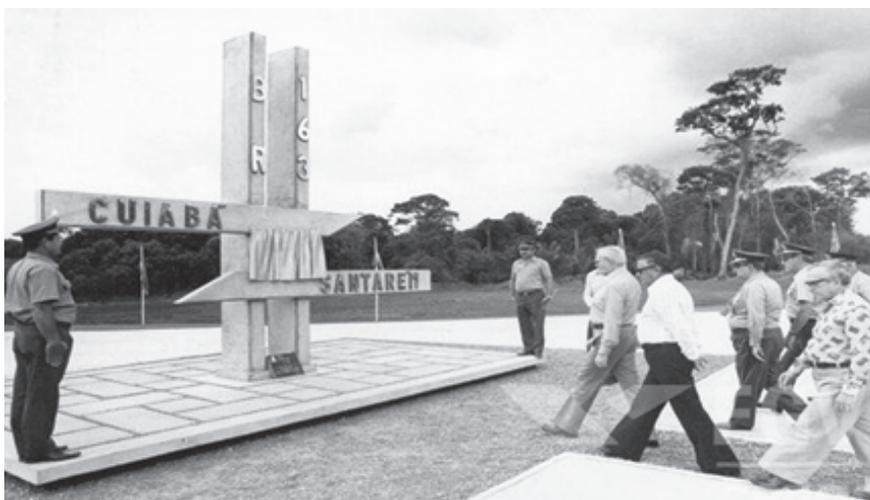
Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Na sequência passamos para a análise da Floresta Nacional do Tapajós, uma unidade de conservação federal localizada nos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis.

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

A unidade de conservação Floresta Nacional do Tapajós foi criada mediante o decreto presidencial, n. 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Possui uma área territorial de aproximadamente 600 mil hectares distribuída pelos municípios paraense de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis.

Figura 88: Inauguração do trecho Cuiabá-Santarém da BR-163 pelo Presidente Ernesto Geisel, em 1976



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976. Adão Nascimento (Fotógrafo).

Esta unidade de conservação possui uma população de 3.438 pessoas, com aproximadamente 726 famílias distribuídas em 21 comunidades, 3 aldeias indígenas (Marituba, Bragança e Taquara) e 52 lotes de assentados da reforma agrária segundo dados de 2014, conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 30: Resumo do levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós – 2014

Municípios de atuação	Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis.
Número de comunidades	24 localizadas nas margens do rio Tapajós e 1 agrupada como BR-163 (lotes km 50 a 190, incluindo as comunidades de Piçarreira, Paraíso, Betânia e São Pedro)
Total de pessoas	3.438 pessoas, distribuídas em 726 famílias
Auto-identificação	Agricultores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, indígenas, colonos e tradicionais.
Ribeirinhos	66 %, residentes em comunidades ao longo do rio Tapajós
Indígenas	12%, residentes nas comunidades de Marituba, Bragança e Taquara
Colonos	1 %, residentes em lotes criados pelo INCRA, sobreposta a FLONA
Funcionários da Cooperativa Mista da FLONA Tapajós (COOMFLONA)	212, distribuídos no km 83 da BR-63 ou no escritório em Santarém

Fonte: Silva, et al. 2014.

Quadro 31: Dinâmica da Floresta Nacional do Tapajós

Ano	Evento	Descrição
Antes da ocupação portuguesa	Território de antiga ocupação pelo povo indígena Tapajó	Registro de antropólogos que pesquisaram a região como Nimuendaju
Século XVII	Ocupação portuguesa do Tapajós	Escravidão do povo indígena para as atividades econômicas como drogas do sertão etc.
1877	Chegada de nordestinos para trabalhar nos seringais do tapajós	Evento relatado por Coudreau (1971)
1974	Criação da FLONA do Tapajós	Decreto no 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Governo Geisel
1989-2004	Início do projeto da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO)	Projeto voltado para a conservação, o manejo, o uso e o comércio sustentável dos recursos florestais tropicais
1994	Início de planejamento de atividade de ecoturismo	Estudo de avaliação do potencial turismo da unidade
1998	Início das atividades do programa LBA	Base de pesquisa no Km 84 da rodovia BR-163. Torres de coleta de dados atmosféricos no Km 67 e de dados no Km 83
2001	Contratação de consultoria para estudos de ecoturismo	Parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GTZ)
2002	Curso gerenciamento e organização comunitária voltado ao ecoturismo	Participação de 21 moradores de Prainha II, Maguari, Jamaraquá e Itupuama
2004	Criação da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da FLONA do Tapajós	Órgão que reúne 18 comunidades, pelo STR de Belterra e 4 associações intercomunitárias

Fonte: Ibama, 2004.

Os moradores que residem na Floresta Nacional do Tapajós são reconhecidos como populações tradicionais. O decreto n. 1.298, de 27 de outubro de 1994, em seu artigo 8º estabelece que o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal regulamentará a forma pela qual poderá ser autorizada a permanência, dentro dos limites das FLONAS, de populações tradicionais que comprovadamente habitavam a área antes da data de publicação do respectivo decreto de criação.

Com a vigência do decreto n. 1.298, de 27 de outubro de 1994, foi realizado um plebiscito sobre permanência das populações tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós, em 1996, onde, na época 61,07 % optaram em ficar fora desta Unidade de Conservação.

No ano de 2003 foi realizado um novo de plebiscito, quando 80 % optaram em permanecer dentro da Floresta Nacional do Tapajós.

ALDEIAS INDÍGENAS PRESENTES NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Em 1995 tem início as primeiras discussões sobre as questões indígenas na Floresta Nacional do Tapajós. Em 2009 ocorreu a aprovação e publicação dos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas Munduruku-Taquara e Bragança-Marituba, realizados pela FUNAI, mediante portarias 51 e 52/PRES-FUNAI.

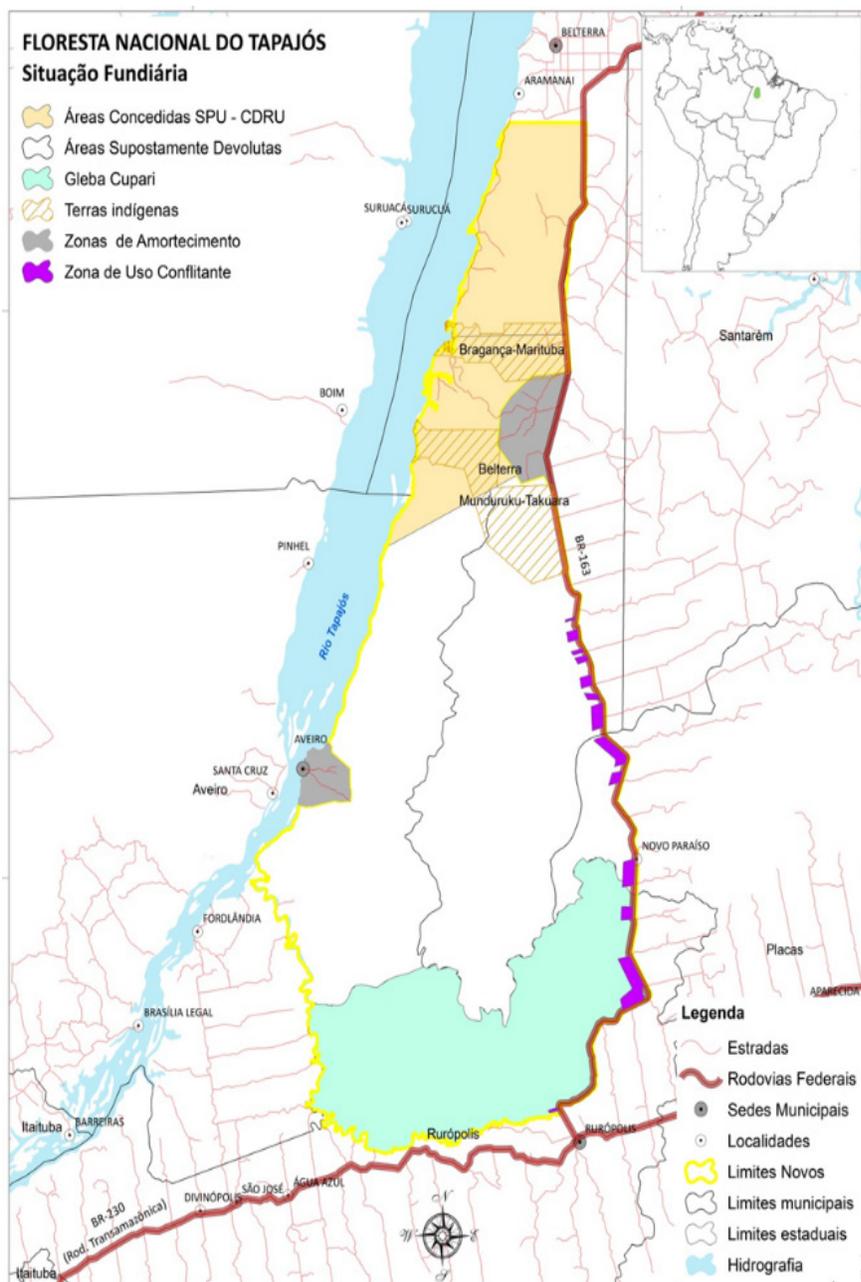
Em 2016 foi declarada de posse permanente do povo Munduruku as terras indígenas, mediante portarias n. 567 e n. 568, do Ministério da Justiça. A terra indígena Bragança-Marituba possui uma área territorial de 13.515 hectares. Já a terra indígena Munduruku-Taquara possui uma área territorial de 25.323 hectares.

A GESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A gestão das terras indígenas na Floresta Nacional do Tapajós é compartilhada entre as aldeias a FUNAI e o ICMBio. A gestão de terras indígenas no Brasil segue orientações da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (PNGATI), por meio do decreto n. 7.747, de 5 de julho de 2012.

A *situação fundiária* da Floresta Nacional do Tapajós, segundo a gestão desta unidade de conservação, está distribuída da seguinte forma: 108.145,5 hectares pertencem ao patrimônio do ICMBio; 38.838 hectares são terras indígenas; 5.200 hectares são assentamentos da reforma agrária; 76.925 hectares estão cadastrados mediante Concessão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), com a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós; 126.438 hectares são glebas arrecadadas pela União Federal e 286.403 hectares são terras supostamente devolutas.

Figura 89: Mapa da situação fundiária da Floresta Nacional do Tapajós.

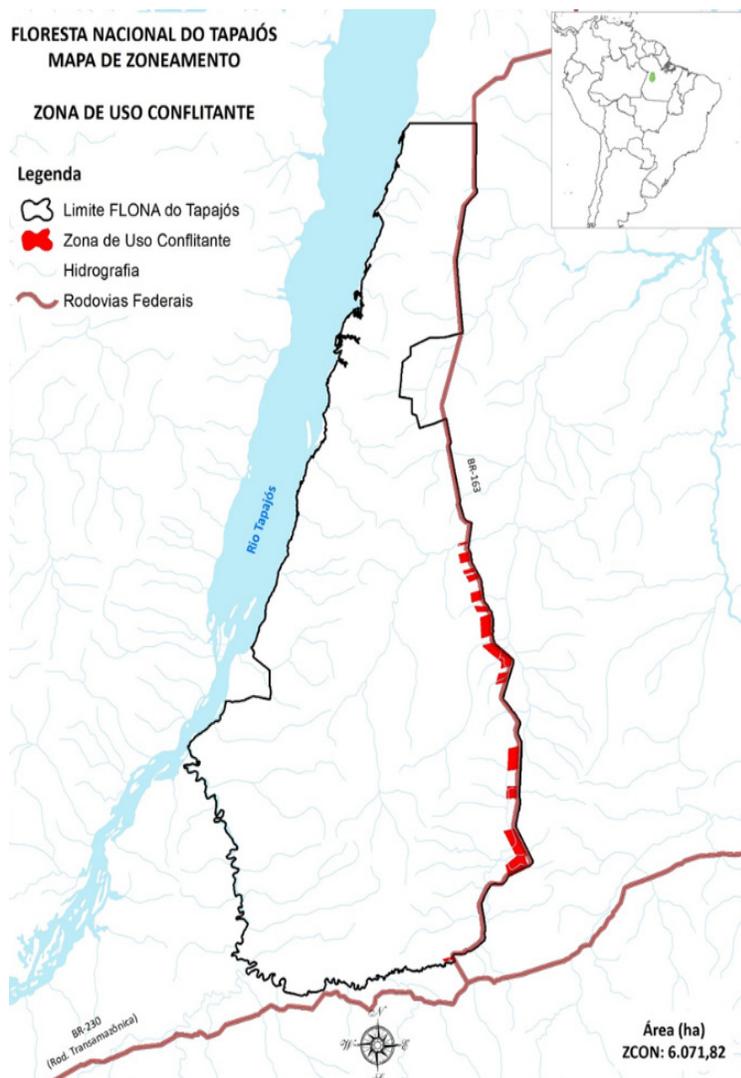


Fonte: Floresta Nacional do Tapajós, 2019.

Os assentados da reforma agrária na Floresta Nacional do Tapajós. Com a criação do Projeto Integrado de Colonização de Itaituba (PIC Itaituba) em 1971 pelo INCRA foram criados 52 lotes de assentados da reforma agrária pelo INCRA na BR - 163. Os títulos continuaram sendo emitidos até 1976 pelo INCRA.

O mapa seguinte mostra na cor vermelha os assentamentos da reforma agrária presente dentro da Floresta Nacional do Tapajós.

Figura 90: Mapa de uso conflitante da Floresta Nacional do Tapajós.



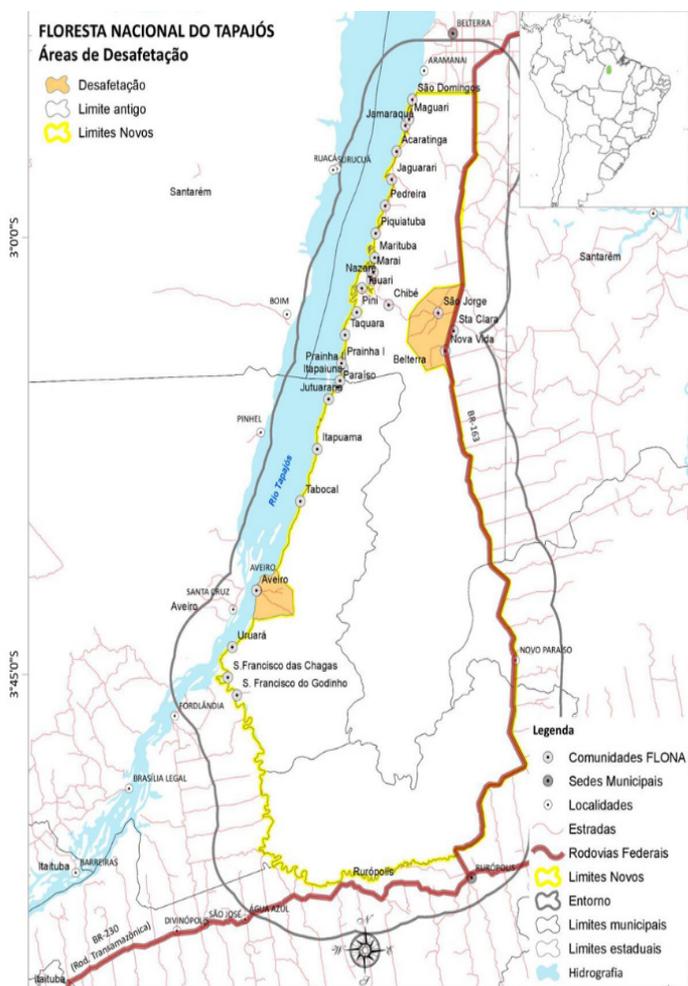
Fonte: Floresta Nacional do Tapajós, 2019.

ÁREAS DESAFETADAS NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Com a edição da Lei 12.678, de 25 de junho de 2012, houve a alteração dos limites desta unidade de conservação, as áreas desafetadas foram a sede do município de Aveiro e as comunidades localizadas as margens da rodovia Cuiabá—Santarém (São Jorge, Santa Clara e Nova Vida) conforme podemos constatar no mapa seguinte.

Na atualidade a área territorial da Floresta Nacional do Tapajós é de 527.319 hectares.

Figura 91: Mapa de áreas desafetadas da Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Floresta Nacional do Tapajós, 2019.

ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS.

Várias são as atividades econômicas desenvolvidas na Flona Tapajós, como agricultura familiar, extração de látex de seringueira, produção de artesanato, biojóias, pesca, turismo de base comunitária etc.

Na sequência nas fotos termos um conjunto de atividades econômicas praticadas na Floresta Nacional do Tapajós.

Figura 92: Sandálias produzidas com borracha natural na comunidade de São Domingos.



Fonte: Andressa Paz, 2017.

Figura 93: Óleo de piquiá extraída na comunidade de Maguari.



Fonte: Erick Pinho, 2017.

Figura 94: Óleo de copaíba extraída na comunidade de Maguari.



Fonte: Erick Pinho, 2017.

Figura 95: Artesanato produzido com recursos florestais em Maguari.



Fonte: Erick Pinho, 2017.

Figura 96: Bolsas de colo do projeto couro ecológico, na comunidade Maguari



Fonte: Ellen Maia, 2017.

Figura 97: Sandálias do projeto couro ecológico na comunidade Maguari



Fonte: Ellen Maia, 2017.

Figura 98: Bolas projeto couro ecológico na comunidade Maguari



Fonte: Ellen Maia, 2017.

Na sequência passamos para a análise da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, uma unidade de conservação federal localizada nos municípios de Santarém e Aveiro.

RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS – ARAPIUNS

Em 1981, diversas comunidades da margem esquerda do rio Tapajós se organizaram para evitar o avanço da empresa madeireira Amazonex na região. Naquele ano a empresa conseguiu junto ao INCRA a demarcação de uma faixa de terra com aproximadamente 64 quilômetros por 13 quilômetros, ao longo do rio Tapajós (ICMBio, 2014).

Na mesma época, outra empresa madeireira (Santa Izabel) começou a explorar a região do Rio Arapiuns, mas as comunidades da região ofereceram pouca resistência. Este processo reflete o avanço da fronteira econômica sobre territórios ocupados por populações tradicionais. As primeiras lutas pela defesa do território ocorreram em 1996 nas comunidades de Pinhel, Camarão e Escrivão, no rio Tapajós, contra madeireiras que atuavam na comunidade de Cametá (ICMBio, 2014).

ATO DE CRIAÇÃO

Em 1998, as comunidades do lado esquerdo do médio e baixo Tapajós conseguiram a criação da reserva e a retirada das madeireiras do seu território, mediante decreto presidencial, de 6 de novembro de 1998.

Figura 99: Procurador da República, Felício Pontes, media a histórica Assembleia comunitária em Tucumatuba, em 1997.



Fonte: PSA, 2015.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DO BAIXO TAPAJÓS ONDE ESTÁ LOCALIZADO A RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

A região do Baixo rio Tapajós, onde está localizada a Resex Tapajós-Arapiuns, era, à época da chegada dos primeiros europeus, e continua sendo hoje, uma região de muita diversidade étnica.

No século XVI, essas terras eram densamente povoadas por diferentes povos indígenas, que, depois, passaram pelo processo de colonização e catequese, resultando nas atuais comunidades ribeirinhas indígenas e não-indígenas.

Muitos negros e negras foram levados escravizados para as principais vilas da região do Oeste do Pará, como Pinhel, Alter do Chão, Vila Franca, Boim e Santarém, e seus descendentes se misturaram com os indígenas e os descendentes dos europeus.

A Resex Tapajós-Arapiuns foi criada em 1998, pelo governo federal. A assembleia de esclarecimento sobre a criação desta unidade de conservação foi realizada em 1997, na comunidade de São Francisco, no rio Arapiuns.

Quadro 32: Contextualização do Uso dos Recursos Naturais na Resex Tapajós-Arapiuns

Comunidades	72 comunidades, que se dividem entre as calhas dos rios Arapiuns e Tapajós, sendo que no primeiro se contabilizam 25 comunidades e, no segundo, 47, sendo 66 em Santarém e 6 em Aveiro.
População	23 mil distribuídas em cerca de 4,581 famílias.
Principais atividades econômicas	Agricultura (mandioca, feijão, milho etc.) caça, pesca e extrativismo da floresta, artesanato e turismo.
Desafios	Transporte, energia, educação, saúde, água, saneamento.
Oportunidades	Uso múltiplo dos recursos da Resex, como o extrativismo vegetal, animal, artesanato e o ecoturismo.

Fonte: ICMBio, 2014. Adaptado pelo autor.

Figura 100: Marco de jogos indígenas em Alter do Chão, em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2020.

Quadro 33: Aldeias indígenas dentro da Resex tapajós – Arapiuns

Aldeias indígenas dentro da Resex:	Comunidades/ aldeias	Etnias	Situação Jurídica
Tupinambá	Pajurá, Limaõtuba, Cabeceira do Amorim, Brinco das Moças, Muratuba, Jauarituba, Mirixituba, Jaca, Paranapixuna, Santo Amaro, Paricatuba, São Tomé (parte) - Rio Tapajós	Tupinambá e Camaruara	Mobilização
Escrivão	Escrivão, Camarão, Pinhel	Munduruku-Cara Preta, Maytapu	Aguardando publicação de estudo antropológico
Encantado	Aningalzinho, Aminã, Zaire, Arapiranga e Vista Alegre do Capixauã, Solimões	Tupaiú, Arara Vermelha	Identificação
Nova Vista	Nova Vista e Braço Grande - Rio Arapiuns	Arapiun	Mobilização

Fonte: CITA, 2012; ICMBIO, 2014.

Figura 101: Aspecto de praia e do rio Arapiuns, na Resex Tapajós-Arapiuns, Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2020.

Figura 102: Aspecto de igreja na vila Franca, Resex Tapajós – Arapiuns em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

Figura 103: Aspecto de uma rua na vila Franca, Resex Tapajós-Arapiuns, em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2019.

DIMENSÕES DAS TERRAS INDÍGENAS NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ

A presença de terras indígenas é registrada em doze municípios do Oeste do Pará, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai). O município com a maior quantidade de terras indígenas é Itaituba (Praia do Índio, Praia do Mangue, Sawré Bap in, Sawré Jaybu, Andirá-Marau, Sawré Muybu) distribuídas entre as etnias Mundurukú e Sateré-Mawé. Oriximiná registra a existência de quatro terras indígenas que são: Kaxuyana-Tunayana; Nhamundá-Mapuera; Parque do Tumucumaque e Trombetas-Mapuera. Em Santarém são quatro terras indígenas: Borari de Alter do Chão, Cobra Grande, Maró e Planalto Santareno, onde vivem populações das etnias Borari, Arapiun e Apiaká-Mundurukú. O município com a menor quantidade de terras indígenas na região é Monte Alegre, onde existe a TI Rio Paru d'Este, onde vivem populações Apalaí Wayana.

Quadros 34: Territórios indígenas nos municípios do Oeste do Tapajós, Pará - 2021.

Municípios	Terra indígena	Etnia	Fase do processo demarcatório	Municípios abrangidos
Alenquer	Parque do Tumucumaque	Apalaí Wayana	Regularizada	AP - Laranjal do Jari PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Óbidos PA - Oriximiná
	Rio Paru D'Este	Apalaí Wayana	Regularizada	PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Monte Alegre
Almeirim	Parque do Tumucumaque	Apalaí Wayana	Regularizada	AP - Laranjal do Jari PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Óbidos PA - Oriximiná
	Rio Paru D'Este	Apalaí Wayana	Regularizada	PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Monte Alegre
Aveiro	Escrivão		Em estudo	PA - Aveiro
	Andirá-Marau		Regularizada	AM - Barreirinha AM - Maués AM - Parintins PA - Aveiro PA - Itaituba

Belterra	Bragança-Marituba	Mundurukú	Declarada	PA - Belterra
	Munduruku-Taquara	Mundurukú	Declarada	PA - Belterra
Faro	Nhamundá/Mapuera	Hixkaryána Wai Wai	Regularizada	AM - Nhamundá AM - Uruará PA - Faro PA - Oriximiná
	Trombetas/Mapuera	Hixkaryána Isolados Karafawyana Katuenta Sikiyana Tunayana Waimiri Atroari Wai Wai Xereu	Regularizada	AM - Nhamundá AM - Uruará PA - Faro PA - Oriximiná RR - Caroebe RR - São João da Baliza
Itaituba	Praia do Índio	Mundurukú	Reserva Indígena	PA - Itaituba
	Praia do Mangue	Mundurukú	Reserva Indígena	PA - Itaituba
	Sawré Bap in (Apompu)	Mundurukú	Em Estudo	PA - Itaituba PA - Trairão
	Sawré Jaybu	Mundurukú	Em Estudo	PA - Itaituba
	Andirá-Marau	Sateré-Mawé	Regularizada	AM - Barreirinha AM - Maués AM - Parintins PA - Aveiro PA - Itaituba
	Sawré Muybu (Pimental)	Mundurukú	Delimitada	PA - Itaituba PA - Trairão
Jacareacanga	Munduruku	Mundurukú	Regularizada	PA - Jacareacanga
	Sai-Cinza	Mundurukú	Regularizada	PA - Jacareacanga
	Kayabi		Regularizada	Apiacá e Jacareacanga
Monte Alegre	Rio Paru DEste	Apalaí Wayana	Regularizada	PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Monte Alegre
Óbidos	Parque do Tumucumaque	Apalaí Wayana	Regularizada	AP - Laranjal do Jari PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Óbidos PA - Oriximiná
	Zoe	Zo´é	Regularizada	PA - Óbidos

Oriximiná	Kaxuyana-Tunayana	Kaxuyana	Declarada	PA - Oriximiná
	Nhamundá/Mapuera	Hixkaryána Wai Wai	Regularizada	AM - Nhamundá AM - Urucará PA - Faro PA - Oriximiná
	Parque do Tumucumaque	Apalaí Wayana	Regularizada	AP - Laranjal do Jari PA - Alenquer PA - Almeirim PA - Óbidos PA - Oriximiná
	Trombetas/Mapuera	Hixkaryána Isolados Karafawyana Katuena Sikiyana Tunayana Waimiri Atroari Wai Wai Xereu	Regularizada	AM - Nhamundá AM - Urucará PA - Faro PA - Oriximiná RR - Caroebe RR - São João da Baliza
Santarém	Borari de Alter do Chão	Borari	Em Estudo	Santarém
	Cobra Grande	Arapiun	Delimitada	Santarém
	Maró	Arapiun	Delimitada	Santarém
	Planalto Santareno	Apiaká Mundurukú	Em Estudo	Santarém
Trairão	Sawré Bap in (Apompu)	Mundurukú	Em Estudo	PA - Itaituba PA - Trairão
	Sawré Muybu (Pimental)	Mundurukú	Delimitada	PA - Itaituba PA - Trairão

Fonte: FUNAI, s.d.³

Em sua viagem pelo rio Tapajós, Hercules Florence no ano de 1828, registrou sua impressão sobre os índios mundurucus:

Os mundurucus raspam os cabelos da cabeça, deixando acima da testa um feixe redondo e curto: por trás usam do cabelo que chega até às fontes, de modo que todos, homens, velhos, mulheres e moços, são calvos por inclinação [...] A alguns dias de viagem dali moravam, nas margens do rio Tapajós, onde cultivavam mandioca e fabricavam farinha que os negociantes do Pará iam-lhes comprar (FLORENCE, 2007, p. 244).

3 Disponível em: http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp. Acesso em: 07-10 out. 2021.

Em sua obra *O rio Tapajós* na exposição nacional de borracha de 1913, o maior seringalista do final do século XIX e XX de Itaituba, que foi intendente municipal Raimundo Pereira Brasil, registra a presença de índio mundurucu civilizado em Itaituba, em 1913, conforme podemos verificar na figura seguinte.

Figura 104: Índio mundurucu civilizado em Itaituba em 1913



Fonte: Raimundo Pereira Brasil, 1913.

Neste capítulo procuramos analisar as dinâmicas da ocupação e o uso tradicional do território no Oeste do Pará, formada pela presença de assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas nos municípios da região.

REFERÊNCIAS

ACUNÃ, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

AGASSIZ, Luís Jean Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o caso de Santarém, Pará. *In*: ENANPEGE, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/CT%2046/109.pdf> Acesso em: 1 out. 2021.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Santarém: dinâmicas da ocupação e uso do território (1542-2020)**. Curitiba: CRV, 2021.

BECKER, Bertha K. **A Especificidade do Urbano na Amazônia: desafios para políticas públicas consequentes**. Brasília: s.n., 1998.

BECKER, Bertha. **A urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRASIL, Raimundo Pereira. **O rio Tapajós na exposição nacional de borracha de 1913**. Itaituba: s.n., 1913.

BRASIL. Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CARVAJAL, Gaspar de. **Descubrimiento del río de las amazonas**. Sevilla (Espanha): s.n., 1894.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: EdUFPA, 1963. v. 1.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues Ferreira. **Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FLORENCE, Hércules, 1804-1879. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONSECA, Wilson. **Meu baú mocorongo**. Belém: SECULT\SEDUC, 2006.

FONSECA, Wilde dias da. **Santarém: momentos históricos**. Santarém (PA): ICBC, 2015.

G1 SANTARÉM. Safra da soja deve movimentar cerca de 300 milhões na economia de Santarém. Santarém (Pará), 22 mar. 2017. Disponível em: <https://>

g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/safra-da-soja-deve-movimentar-cerca-de-300-milhoes-na-economia-de-santarem.ghtml Acesso em: 01 out.2021.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. **Fontes históricas e arqueológicas sobre os tapajó de Santarém**: a coleção “Frederico Barata” do Museu Paraense Emílio Goeldi. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1993.

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro. v. 3, n.1, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**, Santarém (PA), 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 dez.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Santarém. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de manejo de reserva extrativista Tapajós – Arapiuns**. Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Número de famílias assentadas no oeste do Pará**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/santarem>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. Brasília, Senado Federal, 2005. Tomo II.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de M. urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI (MPEG) **Destaque Amazônia: informativo do museu paraense Emílio Goeldi**. ano 29, n. 60, jan. 2013.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia**: reprodução camponesa e agronegócio no planalto santareno. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará. Belém (PA), 2012.

PAPAVERO, Nelson; OVERAL, William L (org.). **Taperinha**: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

PORTAL OESTADONET. **Os números da produção de grãos no planalto santareno em 2017**. Santarém, 2017.

PROST, Gérard. **História do Pará**: das primeiras populações à Cabanagem. Belém: SEDUC, 1997. (Estudo Paraense, v. 1)

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico**. 2. ed. Belém: SECULT, 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, Dourados, MS, n. 2, p. 45-65 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Belém (Pará): Grafisa, 1974.

SANTOS, Raimundo Alberto dos. **O planalto em questão**: história da comunidade de Boa Esperança. 2. ed. Santarém (Pará): *s.n.*, 2012.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SENA. Cristovam. 356 anos: Santarém e a sua vocação econômica. **Portal Oestadonet**. Santarém, 2017. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/11951/356-anos-santarem-e-a-sua-vocacao-economica/> Acesso em: 01 out.2021.

SILVA, Maria Jociléia Soares da et al. Levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós, Pará. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS. 2014, Santarém (PA). **Anais[...]** Santarém (PA): ICMbio, 2014.

SPIX; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramento, 1976.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém (PA). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará. Belém (PA), 2015.

URBISAMAZONIA. **Relatório urbisAmazonia**. *S.l.: s.n.*, 2014.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 01: Pintura rupestre em Monte Alegre em 2017	10
Figura 02: Sítio arqueológico em Monte Alegre	10
Figura 03: Mapa mostrando o curso do rio do Amazonas em 1680, elaborado pelo cartógrafo Nico	11
Figura 04: Mapa Brasília cartográfico de 1556, elaborado por Giacomo Gastaldi	12
Figura 05: As Amazonas, em ilustração realizada por Theodore de Bry	13
Figura 06: Amazonas matando os índios que as atacavam	13
Figura 07: Construção do bergantim San Pedro pela expedição de Francisco de Orellana	14
Figura 08: Índio Mundurucu do Tapajós	15
Figura 09: Jovem Mundurucu	15
Figura 10: Tucháua Mundurucu em costume de fête	16
Figura 11: Mulher e criança Mundurucu	16
Figura 12: Interior de uma cabana Mundurucu	17
Figura 13: Estátua de Pedro Teixeira em Belém do Pará em 2017	20
Figura 14: Planta do forte de cidade de Santarém em 1863	21
Figura 15: Prospecto de Santarém em 1756	22
Figura 16: Prospecto da Fortaleza de Pauxis	22
Figura 17: Planta do Forte de Óbidos em 1863	23
Figura 18: Canhões da fortaleza de Óbidos	24
Figura 19: Casarios de origem portuguesa em Óbidos	24
Figura 20: Casarios em estilo português em Óbidos	25
Figura 21: Avenida beira rio de Óbidos	25
Figura 22: Monte Alegre em 1785	26
Figura 23: Casa das índias em Monte Alegre	27
Figura 24: Mapa de localização da região Oeste do Pará	36
Figura 25: Mapa da situação fundiária do Oeste do Pará	43
Figura 26: Mapa de predominância dos setores econômicos do Oeste do Pará	44
Figura 27: Cidade de Alenquer	45
Figura 28: Aspecto de Alenquer em 1966	45

Figura 29: Aspecto da prefeitura de Almeirim	46
Figura 30: Aspecto da cidade de Almeirim em 2018	46
Figura 31: Aspecto de Aveiro em 2018	47
Figura 32: Fordlândia em Aveiro	47
Figura 33: Seringueiros voltando do seu trabalho em Belterra (PA) em 1953	48
Figura 34: Aspecto de casas em estilo americano em Belterra em 2018	48
Figura 35: Aspectos da cidade de Curuá	49
Figura 36: Cidade de Faro em 1966	49
Figura 37: Gravura de Itaituba realizada pela expedição de Henri Condreau em 1895	50
Figura 38: Embarque de borracha em Itaituba em 1908	50
Figura 39: Seringal no mangabal de Raimundo Pereira Brasil no rio Tapajós	51
Figura 40: Parte litoral da cidade de Itaituba	51
Figura 41: Localidade de Bela vista, de propriedade de Raimundo Pereira Brasil	52
Figura 42: Canoa usada no transporte de borracha no rio Tapajós, Itaituba	52
Figura 43: Aspecto da frente da cidade de Itaituba em 2019	53
Figura 44: Aspectos da cidade de Jacareacanga	53
Figura 45: Aspecto da cidade de Juruti em 2019	54
Figura 46: Aspecto da vila de Mojuí dos Campos em 1966	54
Figura 47: Malva em Mojuí dos Campos em 1966	55
Figura 48: Vista dos barracões dos colonos japoneses em Monte Alegre (PA) em 1953	55
Figura 49: Aspecto da cidade de Monte Alegre em 2018	56
Figura 50: Aspecto da cidade de Novo Progresso	56
Figuras 51: Casas construídas no município de Óbidos à margem do Rio Amazonas (PA) em 1953	57
Figura 52: Aspecto da cidade de Óbidos em 2018	57
Figura 53: Batelão de transporte de castanha em Oriximiná em 1966	58
Figura 54: Aspecto da cidade de Oriximiná em 2018	58
Figura 55: Aspecto da cidade de Prainha em 2018	59
Figura 56: Cidade de Rurópolis	60
Figura 57: Cidade de Santarém (PA) em 1953	60
Figura 58: Aspecto do encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós em frente à cidade de Santarém em 2019	58
Figura 49: Cidade de Terra Santa em 1965	58
Figura 60: Cidade de Trairão	62
Figura 61: Planta industrial de minério da Alcoa em Juruti	63
Figura 62: Aspecto da rodovia Transamazônica (BR 230) em Miritituba, Itaituba em 2019	63

Figura 63: Aspecto da rodovia Santarém - Curuá Una (PA 370) em 2018	64
Figura 64: Aspecto do porto da Cargill em Santarém em 2017	65
Figura 65: Aspecto das estações de transbordo de cargas instaladas em Miritituba, as margens do rio Tapajós em 2019	65
Figura 66: Aspecto do terminal hidroviário de Santarém, em construção em 2018	66
Figura 67: Aspecto da hidrelétrica de Curuá - Una em Santarém em 2018	67
Figura 68: Plantio de soja na rodovia Santarém - Curuá Una em 2018	68
Figura 69: Aspecto de uma praia na Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns em Santarém em 2018	69
Figura 70: Agricultores a espera de transporte, vendo-se o produto ensacado em Monte Alegre (PA) - 1953	72
Figura 71: Transporte de produção agrícola de várzea em Santarém	74
Figura 72: Plantação de juta nas margens do rio Amazonas em Óbidos, 1956	75
Figura 73: Financiamento do Basa ao agronegócio em Santarém	77
Figura 74: Casa de seringueiro em Belterra (PA) - 1953	78
Figura 75: Plantio racional de seringueira em Belterra	79
Figura 76: Área de agricultura de soja em Santarém	80
Figura 77: Máquinas em exposição na feira agropecuária em Santarém	81
Figura 78: Uso, ocupação e cobertura do solo na PA 370 em Santarém entre 2004-2014	84
Figura 79: Uso, ocupação e cobertura do solo na BR 163 em Santarém entre 2004 -2014	85
Figura 80: Plantio de milho na comunidade tipizal, Santarém	87
Figura 81: Casa construída pelo Projeto Integrado de Colonização em Itaituba	95
Figura 82: Casa 1 construída em Belterra para receber Henry Ford	97
Figura 83: Casa da vila viveiros em Belterra	97
Figura 84: Estrada da colônia agrícola nacional em Monte Alegre - 1955	100
Figura 85: Japoneses construindo estradas em Monte Alegre (PA) - 1953	100
Figura 86: Plantação na colônia japonesa em Monte Alegre (PA) - jun. 1953	100
Figura 87: Rio Amazonas em Almeirim	107
Figura 88: Inauguração do trecho Cuiabá-Santarém da BR-163 pelo presidente Ernesto Geisel, em 1976	108
Figura 89: Mapa da situação fundiária da Floresta Nacional do Tapajós	111
Figura 90: Mapa de uso conflitante da Floresta Nacional do Tapajós	112
Figura 91: Mapa de áreas desafetadas da Floresta Nacional do Tapajós	113
Figura 92: Sandálias produzidas com borracha natural na comunidade de São Domingos	114
Figura 93: Óleo de piquiá extraída na comunidade de Maguari	114

Figura 94: Óleo de copaíba extraída na comunidade de Maguari	115
Figura 95: Artesanato produzido com recursos florestais em Maguari	115
Figura 96: Bolsas de colo do projeto couro ecológico na comunidade Maguari	116
Figura 97: Sandálias do projeto couro ecológico na comunidade Maguari	116
Figura 98: Bolas projeto couro ecológico na comunidade Maguari	117
Figura 99: Procurador da República, Felício Pontes, media a histórica Assembleia comunitária em Tucumatuba, em 1997	118
Figura 100: Marco de jogos indígenas em Alter do Chão em Santarém	119
Figura 101: Aspecto de praia e do rio Arapiuns na Resex Tapajós - Arapiuns, Santarém	120
Figura 102: Aspecto de igreja na vila Franca, Resex Tapajós - Arapiuns em Santarém	121
Figura 103: Aspecto de uma rua na vila Franca, Resex Tapajós - Arapiuns em Santarém	121
Figura 104: Índio mundurucu civilizado em Itaituba em 1913	125

QUADROS

Quadro 01: População, Área territorial (km ²) e densidade demográfica nos municípios do Oeste do Pará em 2010	30
Quadro 02: Caracterização da origem dos municípios do território do Oeste do Pará	32
Quadro 03: População de lugares do Oeste do Pará, em 1820	33
Quadro 04: Hierarquia dos centros urbanos nos municípios do Oeste do Pará região do Tapajós - 2018	34
Quadro 05: Ano de criação e dinâmica populacional nos municípios do Oeste do Pará entre 1940-2010	35
Quadro 06: População residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010	37
Quadro 07: População urbana residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010	38
Quadro 08: População rural residente nos municípios do Oeste do Pará, 1970-2010	39
Quadro 09: População residente por cor e raça nos municípios do Oeste do Pará - 2010	40
Quadro 10: Naturalidade da população residente em relação aos municípios e à unidade da federação nos municípios do Oeste do Pará em 2010	41
Quadro 11: Localização do domicílio e condição de indígena em municípios do Oeste do Pará - 2010	42

Quadro 12: Área colhida (Hectares) dos principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará em 2019	72
Quadro 13: Quantidade produzida (Toneladas) dos principais produtos da lavoura permanente nos municípios do Oeste do Pará em 2019	73
Quadro 14: Área colhida (hectares) dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará em 2019	74
Quadro 15: Quantidade produzida (toneladas) dos principais produtos da lavoura temporária nos municípios do Oeste do Pará em 2019	76
Quadro 16: Extrativismo nos municípios do Oeste do Pará - 2019	77
Quadro 17: Assentamentos da reforma agrária nos municípios do Oeste do Pará em 31/12/2017	90
Quadro 18: Assentamentos federais no município de Alenquer em 31/12/2017 2018	96
Quadro 19: Assentamentos federais no município de Belterra 31/12/2017	96
Quadro 20: Assentamentos federais no município de Curuá em 31/12/2017	98
Quadro 21: Assentamentos federais no município de Faro em 31/12/2017	98
Quadro 22: Assentamentos federais no município de Juruti em 31/12/2017 2018	98
Quadro 23: Assentamentos federais no município de Monte Alegre 31/12/2017	99
Quadro 24: Assentamentos federais no município de Óbidos em 31/12/2017	101
Quadro 25: Assentamentos federais no município de Oriximiná em 31/12/2017	101
Quadro 26: Assentamentos federais no município de Prainha em 31/12/2017	102
Quadro 27: Assentamentos federais no município de Santarém em 31/12/2017	102
Quadro 28: Assentamentos federais no município de Terra Santa em 31/12/2017	103
Quadro 29: Unidades de conservação nos municípios do Oeste do Tapajós, Pará - 2021	104
Quadro 30: Resumo do levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós - 2014	109
Quadro 31: Dinâmica da Floresta Nacional do Tapajós	109

Quadro 32: Contextualização do Uso dos Recursos Naturais na Resex Tapajós - Arapiuns	119
Quadro 33: Aldeias indígenas dentro da Resex tapajós - Arapiuns	120
Quadro 34: Territórios indígenas nos municípios do Oeste do Tapajós, Pará - 2021	122

SOBRE O AUTOR



MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS/UFOPA). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA).

Apoio institucional



O território do Oeste do Pará é constituído por 19 municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa Trairão. Trata - se um território com municípios de colonização antiga e recente, dividido em duas porções: o Baixo Amazonas ao norte e o Tapajós ao sul.

Em sua porção do Baixo Amazonas estão os municípios de colonização mais antiga como Santarém, que teve o início do seu povoamento ligado à expedição de Pedro Teixeira que atingiu a foz do Rio Tapajós em 1626, e a criação da aldeia dos Tapajós pelo padre jesuíta Felipe Bettendorf em 1661.

Outros povoados deram origem a vilas como: Alenquer (1758), Almeirim (1758), Belterra (1947), Curuá (1900), Faro (1769), Juruti (1885), Monte Alegre (1748), Óbidos (1758), Oriximiná (1894), Prainha (1869), Santarém (1758). Na década de 2010 foi criado o município de Mojuí dos Campos (2013).

Em sua porção do Tapajós, encontramos municípios de colonização antiga e recente. Os municípios de colonização antiga são Itaituba (1857) e Aveiro (1781). Dentre os municípios novos da porção do Tapajós destaca-se Rurópolis (1988) que teve seu processo de povoamento ligado à abertura das Rodovias Transamazônica (BR-230) e a Santarém-Cuiabá (BR-163) na década de 1970. Na década de 1990, foram criados os municípios de Novo Progresso (1991), Trairão (1991) e Jacareacanga (1991).

ISBN 978-65-89369-47-9



9 786589 369479



PPGCS

